AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL 34 | Nº 11 | NOVEMBRO 2014 | R$ 15,00

ISSN 0100-4298

FGV GVagro CENTRO DE AGRONEGÓCIO

HORA DA COMPOSIÇÃO PARA NOVO GOVERNO



ESPECIAL PECUÁRIA – AVANÇO NA PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL

BOI GORDO – BONS PREÇOS PARA PECUARISTAS

SEGURANÇA ALIMENTAR – GRANDE AVANÇO DO BRASIL

O agronegócio é o seguinte

HORA DA COMPOSIÇÃO

POUCAS VEZES após a volta ao Estado democrático pleno, o Brasil ficou tão dividido quanto nestas eleições. Encerrada a disputa, esse quadro pode ser grave para o País se a cisão se aprofundar. Ou pode significar uma oportunidade de avanço se o governo, como foi dito na campanha, concentrar-se nos pontos que precisam ser melhorados e se a oposição for propositiva. Por isso mesmo, nosso Editorial tem o título de "Hora da composição". Vale pensar o Brasil, e não as facções!

Vindo direto para a nossa seara, que é o agronegócio, mais do que nunca, o timão terá de ser firme. A seca histórica de 2013/14 trará prejuízos muito grandes para a safra 2014/15, tanto para os grãos, cujo plantio está bastante atrasado em várias regiões, quanto para as culturas perenes. Muita soqueira secou nos canaviais, assim como com a cana-planta. A laranja murcha nos pés. E boa parte da florada do café se perdeu. O impacto será grande no PIB agropecuário e na balança comercial. E pode haver descasamento de renda no campo, porque, além de menor produção, os preços de várias *commodities* também caíram. Como mencionamos na última edição da ***Agroanalysis***, apesar do ajuste fiscal que virá em 2015 atingir menos o setor, o governo que será empossado em janeiro deverá estar muito atento e com ações estratégicas preparadas para enfrentar esse quadro. Como será visto abaixo, apenas a pecuária de corte possui boa perspectiva. Nesse sentido, o artigo do Luiz Carlos Corrêa Carvalho (seção Reflexão) reforça essa posição.

Na análise do mercado de milho, o excesso de produção trará dificuldades para escoar os 42,20 milhões de toneladas previstos para a safra 2014/15. A imensa quebra da safra 2012/13 nos Estados Unidos obrigou os *player*s mundiais a buscarem milho no Brasil, o que estimulou a produção da *commodity*. Entre 2012 e 2014, foram tirados dos campos 234,4 milhões de toneladas de milho, volume que o Brasil levava quase cinco anos para produzir até 2011. Mesmo com uma redução drástica na segunda safra, o segundo semestre de 2015 poderá ser de severos prejuízos aos produtores.

Para o produtor de soja, o câmbio pode fazer a diferença entre lucro e prejuízo em 2015. Poucos fazem essa conta, mas, a cada oscilação de R$ 0,01 no câmbio, entra ou sai do bolso dos produtores cerca de R$ 0,20 por cada saca de soja negociada. Isso significa uma diferença de R$ 6,12 por saca entre um dólar na casa de R$ 2,20 e outro em R$ 2,50. O produtor terá que ser muito profissional para conseguir encarar com tranquilidade as possíveis alterações de cenário que estão por vir. Será preciso investir em informação estratégica, única forma de desenhar um ambiente mais positivo para o médio e longo prazos, reduzindo os riscos.

Na pecuária, em 2013, a rentabilidade média do sistema de leite intensivo (com emprego de alta tecnologia) foi de 10,1%. Em comparação às outras atividades agropecuárias e indicadores econômicos, ficou atrás apenas do dólar. O resultado foi melhor do que algumas opções, como o arrendamento para a cana-de-açúcar, cujo custo de oportunidade vem tirando muitos pecuaristas da atividade. Por outro lado, a produção de leite com baixa aplicação de tecnologia deu prejuízo para o produtor, com rentabilidade média de -3,0%. O acompanhamento diário das informações e a criação de cenários auxiliam nas decisões, principalmente em anos de incertezas e grandes oscilações de preços. O sucesso da compra de insumos e/ou vendas dos produtos é a chave para o resultado positivo da atividade.

Laranja, café e cana-de-açúcar já sofreram com a seca, e a produtividade será baixa.

Para os criadores de bovinos, em contraposição aos outros agentes do setor, a perspectiva é de um cenário muito bom para 2015. Os estoques de gado estão baixos não só no Brasil, mas em outros importantes *player*s da América do Sul, como Uruguai, Argentina e Paraguai, além de grandes países produtores e consumidores, como Estados Unidos e Austrália. Para onde se olha, a percepção clara é de um volume de gado circulando no mercado abaixo das necessidades de consumo no próximo ano, o que forçará o aumento dos preços. Para os frigoríficos, se, por um lado, terão de desembolsar mais dinheiro na compra de gado gordo (o que representa mais de 80% do seu custo); por outro, terão um ano de glória nas exportações, sobretudo se o dólar continuar subindo.

Um recém-lançado relatório da FAO mostra que, embora a insegurança alimentar no mundo tenha diminuído, ela continua extremamente aguda: aproximadamente 805 milhões de pessoas sofreram de subnutrição crônica entre 2012 e 2014. Em dez anos, o número de pessoas que sofrem de subnutrição passou de 18,7% para 11,3% da população. O Brasil é destacado como um dos casos de maior sucesso de criação de condições para melhorar a segurança alimentar e a nutrição. O País conseguiu atingir tanto o objetivo de reduzir pela metade o percentual relativo da população em estado de fome, quanto o de reduzir o número absoluto. Em uma década, mais 22 milhões de pessoas foram retirados da pobreza extrema no País. Contribuíram para melhorar esse índice os programas sociais e as políticas para fortalecer a agricultura familiar.

Por fim, ***Agroanalysis*** traz, mais uma vez, o Caderno Especial sobre a pecuária sustentável, mostrando as iniciativas e as mudanças tecnológicas e de gestão nesta importante cadeia produtiva. ■

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas

Conselho Editorial: Gustavo Diniz Junqueira, Luiz Carlos Corrêa Carvalho, Luis Carlos Guedes Pinto, Luiz Guilherme Schymura de Oliveira, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano
Editor-chefe: Antônio Carlos Kfouri Aidar
Editor Executivo: Luiz Antonio Pinazza
Colaboradores: Bruno Benzaquen Perosa e Felippe Cauê Serigati
Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

Redator: Paulo Roque
Capa: Patricia Werner e Camila Senna
Arte: Alexandre Monteiro
Revisor: Alexandre Sobreiro
Secretaria e Administração: Viviane de Carvalho
Coordenador da Produção Editorial: Evandro Jacóia Faulin
Publicidade/Comercial/Assinatura: Viviane de Carvalho
Av. Paulista, 1.294, 15º andar,
Tel.: (11) 3799-4104, Fax: (11) 3262-3569
contato@agroanalysis.com.br
www.fgv.br/agroanalysis

FGV

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.
Sede: Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou Postal Code 62.591 - CEP 22257-970, Tel.: (21) 2559 6000, www.fgv.br
Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidente: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella
Conselho Diretor
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella
Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Cristiano Buarque Franco Neto, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade
Suplentes: Aldo Floris, Antonio Monteiro de Castro Filho, Ary Oswaldo Mattos Filho, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, Marcelo José Basílio de Souza Marinho, Mauricio Matos Peixoto
Conselho Curador
Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio
Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)
Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Angélica Moreira da Silva (Federação Brasileira de Bancos), Antonio Alberto Gouveia Vieira, Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Andrea Martini (Souza Cruz S/A), Eduardo M. Krieger, Estado do Rio Grande do Sul, Heitor Chagas de Oliveira, Jaques Wagner (Estado da Bahia), Joaquim Levy, Luiz Chor, Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A), Orlando dos Santos Marques (Publicis Brasil Comunicação Ltda), Raul Calfat (Votorantim Participações S.A), Leonardo André Paixão (IRB-Brasil Resseguros S.A), Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Sandoval Carneiro Junior
Suplentes: Cesar Camacho, José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Luiz Ildefonso Simões Lopes (Brookfield Brasil Ltda), Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A), Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Roberto Castello Branco (VALE S.A.), Rui Barreto, Sergio Lins Andrade, Victório Carlos De Marchi
Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano
Diretor Executivo da FGV Projetos: Cesar Cunha Campos
Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira
Diretor da FGV-SP: Prof. Francisco S. Mazzucca
Diretor da FGV-EAESP: Maria Tereza Leme Fleury

Acesse o site
www.fgv.br/agroanalysis
ou ligue
0800 770 88 81
e assine
a publicação que
melhor acompanha
o agronegócio





Abre Aspas

06 Clodoaldo Hugueney | Temos que reformar para crescer

09 Macroeconomia | Sobre a independência do Banco Central

10 Agrodrops

13 Frases e Comentários

Mercado & Negócios

15 Balança comercial | O colchão do agronegócio

18 Rentabilidade do leite | Ótimo resultado com uso de tecnologia

21 Comércio internacional | Acordo entre o Brasil e a União Europeia

22 Açúcar e etanol | Mudança de orientação no setor de açúcar e etanol

Mercado & Negócios: Tendências

24 Disparada do dólar | Alívio ou preocupação para os produtores de soja?

25 Boi gordo | Preços continuam bons para os pecuaristas

26 Milho | Problema é excesso de produção

Política Agrícola

27 Associação Nacional para Difusão de Adubos | 4º Congresso Brasileiro de Fertilizantes

29 Segurança alimentar e nutricional | Progressos recentes no Brasil

Gestão

30 Infraestrutura produtiva | Desenvolvimento de cadeias de produção competitivas

Conteúdo Especial

31 Especial Pecuária | Pecuária brasileira: ciclo em alta

43 Especial Andef | Educação e fitossanidade

Colunas

44 Diário de bordo | Governança e cooperativismo

45 Produzir | Tempos bicudos

46 Opinião | Mais inovação e dinamismo

47 Reflexão | O agro une o Brasil

48 Serviço ao agronegócio

Editorial



3

Hora da composição

Mercado & Negócios



18

Rentabilidade do leite

Conteúdo Especial



31

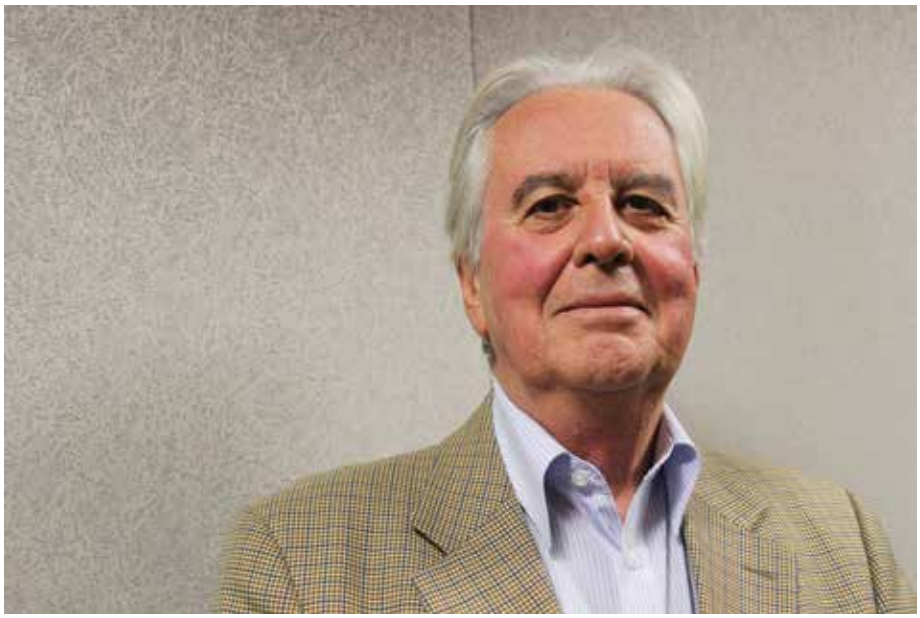
Pecuária brasileira: ciclo em alta

Clodoaldo Hugueney
Ex-embaixador do Brasil na China

TEMOS QUE REFORMAR PARA CRESCER

Por Paulo Roque

As reformas na China estão sendo executadas com dificuldade, mas com determinação e dentro de um plano bem delineado, segundo Clodoaldo Hugueney, que já serviu no Chile, Estados Unidos e Reino Unido. Foi embaixador na Venezuela e na União Europeia (UE), junto aos organismos internacionais em Genebra e à Organização Mundial do Comércio (2005-08), e embaixador do Brasil em Pequim, de 2008 a 2013. Ele chegou ao país asiático exatamente quando o impacto da crise mundial estava expandindo-se e os países começando a reconhecer sua dimensão e a tomar medidas. "As respostas chinesa e brasileira permitiram que a relação bilateral contrabalançasse a queda no comércio com os grandes países importadores", aponta Hugueney. Segundo o diplomata, nossas exportações estão concentradas em um pequeno número de produtos agrícolas e minerais, enquanto as chinesas têm grande diversificação em produtos manufaturados.



> "...AS MUDANÇAS NA CHINA E NO BRASIL VÃO ABRIR UMA NOVA FASE NAS RELAÇÕES ECONÔMICAS ENTRE OS DOIS PAÍSES."

Agroanlysis Fale sobre a experiência como embaixador na China.

Clodoaldo Hugueney Foi uma grande experiência. Primeiro, porque é um país que está transformando-se rapidamente. Segundo, porque, no período em que estive lá, as relações entre Brasil e China se intensificaram. Cheguei justamente quando o impacto dessa crise estava expandindo-se no mundo e os países começando a reconhecer sua dimensão e a tomar medidas contracíclicas. As respostas chinesa e brasileira permitiram que a relação bilateral contrabalançasse a queda nos grandes países importadores. Era meu último posto e meu primeiro na Ásia. Foi um aprendizado tentar entender como um país muito diferente pensa, funciona, trabalha e se relaciona com as outras nações. A China, como país em desenvolvimento, tem semelhanças com o Brasil, mas possui um sistema político completamente diferente e um sistema econômico em que o Estado tem grande presença. Entender o "socialismo com características chinesas" é um grande desafio.

Agroanalysis Os chineses se tornaram os maiores parceiros comerciais do Brasil. Podemos dizer que essa relação já está consolidada?

CH Sim e não. Essa relação depende da *performance* das duas economias e da complementaridade entre elas. Hoje, é uma relação em que as exportações brasileiras estão concentradas em um pequeno número de produtos agrícolas e minerais e em que as exportações chinesas têm grande diversificação em produtos manufaturados. A demanda chinesa por matérias-primas é muito importante para um grande produtor como o Brasil, mas devemos diversificar a pauta de exportações. Esse é um tema que temos que olhar com

> “PRECISAMOS TER UMA ESTRATÉGIA, PORQUE A RELAÇÃO COM A CHINA É PRIORITÁRIA PARA O BRASIL, E DESEJAMOS FORTALECÊ-LA E LHE DAR NOVOS RUMOS.”

cuidado, com vistas a combinar qualidade e quantidade, crescimento do comércio e diversificação das exportações. Temos que reformar para crescer nas duas economias e na relação bilateral. As reformas na China estão sendo executadas com dificuldade, mas com determinação e dentro de um plano bem delineado. Pretendem mudar o modelo de crescimento. Não faz mais sentido para a China, como segunda economia do mundo, seguir crescendo 10% ao ano, com investimentos maciços da ordem de 45% a 50% do PIB e com custos sociais e ambientais elevados. A economia chinesa tem que se rebalancear, passar do motor do investimento para o do consumo. Faz parte destas reformas a aceleração da urbanização. Nós também temos que reformar para voltar a crescer, aumentando investimentos e produtividade. O Banco Mundial fez um estudo muito interessante, no qual mostra que as mudanças na China e no Brasil vão abrir uma nova fase nas relações econômicas entre os dois países.

AGROANALYSIS **Como estabelecer uma estratégia que vá além das exportações brasileiras de matérias-primas e matérias-primas básicas?**

CH Os chineses têm estratégia em relação ao Brasil e nos veem como uma grande fonte de recursos naturais e como opção de investimentos. Hoje, os investimentos chineses no Brasil cresceram muito não só na área de recursos naturais, como na área industrial e, agora, na área de serviços, com grandes bancos chineses e com a chegada aqui de dois gigantes: o Baidu, concorrente do Google, e o Alibaba.

Precisamos ter uma estratégia, porque a relação com a China é prioritária para o Brasil, e desejamos fortalecê-la e lhe dar novos rumos. Isso não é tarefa só do Governo. O Governo despertou para a importância da China, criou o Plano de Ação Conjunta [entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China] 2010-2014 e procurou orientar a relação no sentido da diversificação, explorando novas áreas e desenvolvendo instrumentos para orientar os investimentos chineses. O setor empresarial também se engajou nessas tarefas. Mas, de parte a parte, ainda há muito a ser feito. O setor empresarial brasileiro teria que se coordenar melhor, definir melhor suas prioridades e atuar junto com o Governo, por exemplo, num novo plano de ação conjunta. A estratégia não deve ser apenas econômico-comercial, mas política, envolvendo áreas prioritárias, como inovação. O Brasil precisa ter uma visão clara e de longo prazo dos rumos que quer imprimir a essa relação. É fundamental uma complementação estreita entre Governo, setores econômicos, empresariais e, importante dizer, Academia. Esta, para pensar sobre a China, ajudando Governo e empresários a estruturar a nova fase das relações sino-brasileiras.

AGROANALYSIS **Existe complementaridade entre os dois países nas áreas social, cultural, educacional e na inovação?**

CH Os EUA enviam milhares de estudantes à China e recebem ainda maior número de estudantes chineses em suas universidades, que, por sua vez, têm programas de cooperação com instâncias do governo chinês e com as grandes universidades da China. Temos, no campo acadêmico, um déficit de conhecimento em relação à China. Os chineses que pretendem intensificar sua relação com o Brasil vêm trabalhando há muito tempo nessa área. Atualmente, dezesseis universidades chinesas oferecem cursos de português, e existe interesse em desenvolver programas com o Brasil. A especialização em China é importante por duas razões: primeiro, porque a China já é hoje uma potência regional com impacto global e deverá ser a maior economia do mundo nos próximos dez anos; e, segundo, porque é um país com uma cultura milenar de grande significação e muito diferente da nossa. É muito mais fácil entender a Europa e os EUA do que entender a China. Uma coisa que me espanta é que, mesmo tendo uma relação econômica e de cooperação prioritária com a China e sendo o mercado chinês o maior para as exportações brasileiras, no Brasil, não há grandes *think tanks* refletindo sobre isso.

Também na área cultural, existe um espaço enorme a ocupar, por meio da projeção da cultura brasileira na China, com apoio decidido do setor empresarial. Destaco, também, a questão da inovação. Os chineses têm, hoje, como elemento central de reforma da sua economia mudar o perfil da sua produção para a competitividade alicerçada em inovação, em criação, em lançamentos de novos produtos e em domínio de tecnologias fundamentais. Entre elas, estão a biotecnologia, a nanotecnologia, as energias renováveis. São áreas prioritárias para o Brasil, e, em algumas, temos liderança, como em energias renováveis como o etanol. Aí existe um campo imenso para programas conjuntos, e – de novo – a Academia tem um papel muito importante.

Já na área social, quais são os grandes desafios na China hoje? Redistribuir renda, o que exigirá modernização do campo e urbanização, modernizar educação e saúde e resolver desafios ambientais. O Brasil tem experiências bem-sucedidas em todas essas questões. A nossa distribuição de renda, hoje, é mais igualitária do que a da China. Temos uma agricultura altamente produtiva. O potencial de cooperação em políticas sociais é muito grande, em urbanização, políticas redistributivas, reformas do campo, da educação e da saúde.

AGROANALYSIS **Há espaço para a OMC desempenhar uma atuação mais influente no comércio mundial?**

CH Não só há, como é fundamental para o Brasil e para o mundo. A OMC é a âncora do sistema multilateral de comércio. O Brasil, junto com seus parceiros do BRICS, com o mundo em desenvolvimento, mais EUA e UE, devia procurar fazer com que a OMC supere as dificuldades da Rodada de Doha, lance-se em novas iniciativas e assuma novas responsabilidades, especialmente na área da agricultura. Além da questão de subsídios, tema que ficou inconcluso, enfatizo a regulação, fundamental nas negociações. Não se negocia tanto barreira na fronteira, e sim questões relacionadas às barreiras técnicas, sanidade, normatização de produtos pecuários etc. E o local onde elas têm sido discutidas é na OMC. O governo brasileiro deveria estar engajando-se muito mais em retomar a Rodada de Doha e debater o futuro da OMC.

AGROANALYSIS **Essa dicotomia entre acordo bilateral e multilateral entre países faz sentido?**

CH Todos os grandes parceiros comerciais perseguem seus objetivos de abertura de mercados em todos os cenários. No cenário multilateral, no cenário regional, no cenário plurilateral – em que temos mega-acordos em negociação no Pacífico e no Atlântico Norte – e no bilateral. Não só os tabuleiros são variados e complementares, como as agendas são diversificadas. Como os grandes países do mundo, o Brasil precisa aprender a jogar em todos os campos ao mesmo tempo. Como fruto do fechamento da sua economia, o Brasil perdeu o grande auge da globalização com estratégia centrada no Atlântico. A China usou esse período para se transformar na maior potência exportadora do mundo, saiu do mesmo nível em que o Brasil estava, em 1% do comércio mundial. Hoje, ela tem 12%, e nós continuamos com 1%. Algo está errado em nossa estratégia, ou nós não temos estratégia. O Brasil precisa ter uma agenda negociadora diversificada e reformar sua política comercial.

AGROANALYSIS **Devemos proteger o mercado interno em quais áreas?**

CH Não sou um defensor de uma estratégia de proteção do mercado interno, pois leva a uma situação de definhamento dos setores que vivem sob proteção. Isso vem ocorrendo no Brasil. Ao mesmo tempo, o comércio internacional e a integração de um país na economia global não podem ser feitos para liquidar setores produtivos de um país, fazer com que prevaleçam exclusivamente regras de competitividade. Na minha visão, esse tipo de estratégia é autodestrutiva. É preciso combinar uma estratégia de integração a uma estratégia de proteção que permita dar espaço aos setores que não estão em grau de competitividade internacional, para que eles se tornem competitivos. Existem setores que não são competitivos porque há um custo Brasil excepcional, além de uma burocracia absolutamente gigantesca e ineficiente. Temos que elaborar uma agenda de reformas para que o Brasil volte a crescer e se torne uma potência com perspectivas de seguir galgando patamares na escala das grandes economias do mundo.

AGROANALYSIS **O agronegócio oferece oportunidades para o Brasil ser protagonista no cenário internacional?**

CH O agronegócio é uma ponta de lança nessa reforma da política comercial brasileira, na modernização de nosso sistema exportador e da nossa infraestrutura. Hoje, o agronegócio brasileiro disputa com os EUA a posição de maior exportador do mundo. Ninguém pode discutir agricultura sem a presença do Brasil. Não é por coincidência que os cargos de diretor-geral da FAO e da OMC são ocupados por brasileiros. Isso reflete nossa posição na área de produtos agropecuários e reflete também nossa liderança no mundo em desenvolvimento. O Brasil é o país que tem mais condições para tentar resolver o problema da segurança alimentar do Planeta. Mas, ainda falta o desenvolvimento de toda uma estratégia internacional, o que exige uma reflexão mais profunda sobre nossas políticas agrícola, comercial e de infraestrutura e sobre os espaços que podemos ocupar no mercado global, em especial na Ásia e na China. Para esta reflexão, a contribuição da Academia é central. Esse processo deve ser conduzido por meio de uma estreita coordenação entre Governo e setores produtivos e gerar uma visão conjunta das reformas internas e da projeção internacional do Brasil. Não podemos seguir insistindo na dicotomia mercado interno/mercado internacional. Os dois são prioritários. ■

> “O BRASIL PRECISA TER UMA VISÃO CLARA E DE LONGO PRAZO DOS RUMOS QUE QUER IMPRIMIR A ESSA RELAÇÃO.”

Macroeconomia

SOBRE A INDEPENDÊNCIA DO BANCO CENTRAL

Cleomar Gomes da Silva*

A DISPUTA eleitoral de 2014 levantou debates acalorados acerca da independência do Banco Central (BC). Embora a discussão sobre tema tão importante seja salutar, a percepção que ficou foi muito mais de confusão do que de esclarecimento.

O conceito de independência da autoridade monetária surge com a necessidade de se trabalhar com o típico viés inflacionário dos governantes. Isso significa que é comum que políticos queiram aumentar o PIB e diminuir a taxa de desemprego, simplesmente por estímulos de demanda agregada, sem a contrapartida da oferta agregada.

As consequências dessa política monetária expansionista são um descompasso entre demanda e oferta e um impacto inflacionário que, eventualmente, pode sair do controle. O resultado final é conhecido: altas taxas de inflação, com baixo crescimento econômico, e altas taxas de desemprego.

Se o viés inflacionário traz consequências danosas ao bom funcionamento da economia e ao bem-estar da sociedade, a melhor atitude é não entrar nessa armadilha na condução da política econômica do País. E isso é feito via construção da chamada credibilidade na condução da política monetária.

Isso é feito com a montagem de um sistema em que o país passa a perseguir uma determinada meta para a inflação, seja implícita (como no caso americano) ou explícita (como no caso brasileiro). Aliado a isso, pode-se delegar a um banqueiro central a condução da política monetária, dando condições de trabalho para a equipe econômica e, ao menos tempo, sendo rígido na cobrança de resultados. Para isso, o Banco Central deve ter certa autonomia, ou independência. A pergunta que se faz é qual o grau de independência que uma sociedade deseja delegar ao banqueiro central.

Esta independência pode ser de objetivos (ou metas), em que o Banco Central possui liberdade para definir a meta de inflação. Esse é o caso da Área do Euro, Chile, EUA, México, Peru, Suécia, Suíça, entre outros. No Brasil, por outro lado, a definição da meta de inflação fica a cargo do Conselho Monetário Nacional (CMN), composto pelo presidente do Bando Central e pelos ministros da Fazenda e do Planejamento.

A independência também pode ser legal, em que os dirigentes do Banco Central cumprem um mandato e não podem ser demitidos, a não ser em circunstâncias extraordinárias. Por fim, essa independência pode ser de instrumentos (ou operacional), em que a autoridade monetária possui ampla liberdade de decidir a meta da taxa de juros para a busca da estabilidade de preços. Esse é o caso da África do Sul, Austrália, Canadá, Colômbia, Coreia do Sul, Nova Zelândia, Reino Unido, Turquia, entre outros.

No Brasil, convencionou-se chamar esse último caso de autonomia operacional, delegando ao Comitê de Política Monetária (Copom) a função de definir o patamar da taxa de juros Selic. No entanto, é mais uma autonomia *de facto* do que *de jure*, pois a autoridade monetária não cumpre um mandato fixo.

A discussão que emergiu no âmbito da campanha eleitoral estava muito conectada a um projeto de lei que vinha sendo discutido no Congresso Nacional. Em linhas gerais, o propósito era dar mandatos fixos, mas não coincidentes, aos dirigentes do Banco Central, com possibilidade de recondução ao cargo. No caso específico do presidente do Banco Central, seu mandato não coincidiria com o mandato do presidente da República. Já a demissão da autoridade monetária somente poderia ocorrer mediante justificativas dadas concretamente ao Senado federal.

Essa autonomia também significaria o aumento de prestação de contas por parte da autoridade monetária, com envio de plano de trabalho anual, relatórios periódicos e comparecimento obrigatório ao Congresso Nacional para prestação de contas.

Por fim, aqueles contra a independência legal do BC argumentam que a mesma poderia gerar características antidemocráticas, uma vez que haveria um grupo específico controlando algo importantíssimo que influencia a vida de todos. Ademais, dizem os opositores à autonomia do BC que aqueles eleitos pela população ficariam sem o controle de uma das ferramentas mais importantes, que é a economia. Além disso, nada garantiria que a autoridade monetária autônoma estaria imune à pressão política ou à captura pelo sistema financeiro.

Em suma, partindo do princípio de que a melhor contribuição que a autoridade monetária pode dar para o crescimento de longo prazo da economia é a estabilidade de preços, a independência operacional *de facto* parece ser a melhor opção. E isso não é nenhuma ameaça ao bem-estar da população. Muito pelo contrário, o descontrole inflacionário gera consideráveis perdas de bem-estar social, principalmente em termos de maior imposto inflacionário. ■

* Professor do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Por Paulo Roque
Correspondências para esta seção podem ser enviadas para o e-mail psroque@uol.com.br


SHUTTERSTOCK

MUDANÇAS NO MERCADO MUNDIAL DE AÇÚCAR

Durante a 14ª Conferência Internacional DATAGRO sobre Açúcar e Etanol, que aconteceu em São Paulo, nos dias 21 e 22 de outubro, o diretor executivo da International Sugar Organization, Jose Orive, chamou a atenção para o fato de que o regime açucareiro vai mudar muito com as implicações internacionais a partir de 2017, quando termina o prazo limite de percentuais da produção de açúcar dos países da União Europeia (UE), com cotas estabelecidas pela Organização Mundial de Comércio (OMC). Ao acentuar que o novo cenário vai exigir a adaptação do mercado europeu e mundial de açúcar, mostrou que, desde 2005, a produção passou ser dividida entre vinte e seis países-membros da UE. O governo europeu subsidiava a produção de açúcar proveniente da beterraba branca, o que afetava o mercado de outros países produtores.

ACORDO ENTRE EUA E BRASIL PÕE FIM À DISPUTA DO ALGODÃO NA OMC

Após doze anos, finalmente, Brasil e Estados Unidos fecharam, em Washington, um acordo para encerrar a disputa comercial entre os dois países sobre os subsídios pagos pelo governo norte-americano a seus produtores de algodão. Segundo nota publicada pelo Itamaraty, "o entendimento bilateral inclui pagamento adicional de US$ 300 milhões, com flexibilização para a aplicação dos recursos, o que contribui para atenuar prejuízos sofridos pelos cotonicultores brasileiros". O acordo estabelece que os EUA reduzirão os prazos e elevarão os custos para os financiamentos de garantias à exportação e permitirá que o Brasil utilize o dinheiro recebido em pesquisa científica e na renovação da infraestrutura. Em troca, o Brasil compromete-se a não apresentar outra queixa contra os subsídios dos EUA ao algodão até setembro de 2018, quando acaba a vigência da atual lei agrícola americana.


SHUTTERSTOCK

BRASIL NÃO ASSINA DOCUMENTO SOBRE DESMATAMENTO

O governo brasileiro não assinou a "Declaração de Nova York sobre Florestas", apresentada durante a Cúpula do Clima, na sede da ONU, em Nova York, que prevê reduzir pela metade o desmatamento até 2020 e zerá-lo até 2030. Segundo a ONU, 150 parceiros assinaram o documento, incluindo 28 governos, 35 empresas, 16 grupos indígenas e 45 ONGs e grupos da sociedade civil. De acordo com o Itamaraty, o Brasil optou por não assinar porque o documento não é da ONU, mas dos países que o assinaram, e porque o texto necessitava de melhorias. Já a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, declarou, em entrevista à Associated Press, que o País não fora "convidado a se engajar no processo de preparação" da declaração, porém acha que é impossível pensar que pode haver uma iniciativa global para florestas sem o Brasil incluído. Charles McNeill, conselheiro sênior de política ambiental do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), declarou que houve esforços para chegar às pessoas do governo brasileiro, mas não houve resposta, e explicou que não havia vontade alguma de excluir o Brasil, considerado o país mais importante nesta área.


SHUTTERSTOCK

BRASIL SAI DO MAPA DA SUBNUTRIÇÃO

O relatório da FAO, divulgado em setembro deste ano, indica que o Brasil saiu do mapa da subnutrição, e, de acordo Alan Bojanic, representante da entidade internacional, "nenhum país conseguiu diminuir a fome tão rápido quanto o Brasil, que, atualmente, possui 3,4 milhões de pessoas em estado de subalimentação, o que equivale a menos de 5% da população". De acordo com o relatório da FAO, a maior parte dos 800 milhões de famintos do mundo está na zona rural e cerca de 70% dos alimentos produzidos no mundo vêm da agricultura familiar (leia o artigo "Segurança alimentar e nutricional", na página 29 desta edição da ***Agroanalysis***).



ALF RIBEIRO

Maurício Lopes, presidente da Embrapa, falou sobre os desafios da agricultura

MUNDO VAI CONSUMIR 36% A MAIS DE LÁCTEOS ATÉ 2024

Segundo a sétima edição do Dairy Index, publicado pela Tetra Pak, o consumo de lácteos deverá ultrapassar a oferta disponível, pela primeira vez na história. O relatório revela que a expectativa é de que a demanda global por leite cresça 36% na próxima década, principalmente em razão do aumento da população, do maior poder aquisitivo e da urbanização na África, na Ásia e na América Latina. No entanto, a oferta e a demanda de leite estão desequilibradas em todo o mundo. A crescente demanda por lácteos em mercados emergentes dificilmente será suprida pelo leite cru produzido localmente, enquanto, nos mercados desenvolvidos, o excedente de leite produzido enfrenta os desafios de competir no mercado externo, além da queda no consumo interno.

O QUE SE ESPERA DA COP 20

A próxima Conferência da ONU sobre Mudança Climática (COP 20), prevista para o próximo dia 1º de dezembro, em Lima, no Peru, é considerada fundamental para se atingir um acordo internacional na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), que acontecerá em 2015, na França. Segundo o Instituto Carbono Brasil, pela primeira vez, a conferência do clima da ONU será realizada em um país amazônico, o que representa uma oportunidade para inserir as questões florestais no futuro acordo climático. Em Paris, em 2015, os países deverão apresentar um documento final a ser implementado em 2020, e este documento, dizem esses especialistas, tem que expressar a urgência, a emergência e os caminhos de transformação e passagem desse modelo atual predatório e desigual para outro (ou outros) que abra(m) frentes de boa esperança para as novas gerações.

A AMEAÇA DA *HELICOVERPA ARMIGERA*



SHUTTERSTOCK

Com o início do plantio de diversas culturas para esta safra, parte dos defensivos agrícolas já foi adquirida pelos produtores, mas os riscos de pragas na lavoura ainda podem triplicar os custos de produção nos próximos sessenta dias. O alerta é do pesquisador da Fundação MS – parceira da Associação dos Produtores de Soja de Mato Grosso do Sul (Aprosoja-MS) – José Fernando Jurca Grigolli, para quem a principal preocupação dos produtores continua sendo a *Helicoverpa armigera*, que, nesta safra, tende a ser mais incidente nas lavouras de algodão. Um estudo da Embrapa, da Fundação MS e da Fundação Chapadão, com apoio da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Famasul), apontou a presença da lagarta em todas as regiões produtoras do Mato Grosso do Sul, com foco no norte do estado, justamente onde há plantio de algodão. As perdas podem ir de 70% a 100% caso a situação não seja controlada, e os custos de produção podem triplicar devido ao aumento na quantidade de aplicações e nas doses de defensivos agrícolas nesse período de plantio.

CTNBIO TEM NOVO PRESIDENTE

Edivaldo Domingues Velini, diretor presidente da Fundação para o Desenvolvimento da UNESP (FUNDUNESP), é o novo presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), ligada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. A comissão dá apoio técnico consultivo e de assessoramento ao governo federal na formulação, atualização e implementação da Política Nacional de Biossegurança relativa aos organismos geneticamente modificados (OGM), bem como no estabelecimento de normas técnicas de segurança e pareceres técnicos conclusivos referentes à proteção da saúde humana, dos organismos vivos e do meio ambiente, para atividades que envolvam a construção, experimentação, cultivo, manipulação, transporte, comercialização, consumo, armazenamento, liberação e descarte de OGM e derivados.

MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA É PROBLEMA NA PECUÁRIA LEITEIRA



SHUTTERSTOCK

A escassez de mão de obra capacitada – principalmente a carência de técnicos – é considerada um dos principais gargalos da pecuária leiteira. Para o vice-presidente da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), Joel Naegele, por mais que se mecanize o esgotamento das vacas no processo de ordenha, teríamos um longo caminho a percorrer com a formação de pessoal habilitado para lidar com equipamentos mais sofisticados. Em sua opinião, o Brasil poderá ser, daqui a vinte anos, um dos grandes *global players* do mercado de leite, e a meta é difícil, mas não impossível; no entanto, para isso, terá que vencer dificuldades, como reverter o esvaziamento do campo, com o oferecimento de vantagens que justifiquem essa decisão, ou atrair pessoas que se interessem por um tipo de trabalho que não tem descanso.

BRAZILIAN ANGUS BEEF DAY FAZ SUCESSO EM PARIS



DIVULGAÇÃO

Uma das grandes atrações do SIAL 2014 (Salon International de l'Alimentation), em Paris, foi o Brazilian Angus Beef Day, no estande da Abiec (Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes), quando os visitantes puderam participar das sessões de degustação da carne Angus Certificada brasileira. O Programa Carne Angus Certificada, que completou onze anos de atividade em 2014, é considerado o maior programa de certificação da pecuária de corte brasileira, com sete frigoríficos parceiros e atuação em sete dos principais estados produtores (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás).

193 PAÍSES COMPROMETEM-SE COM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Os 193 países – entre eles o Brasil – que participaram da 12ª Sessão da Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), em Pyeongchang, na Coreia do Sul, comprometeram-se a intensificar as ações destinadas a alcançar, até o final da década, as Metas de Aichi para a Biodiversidade, acordadas há quatro anos, como também garantiram aumentar o financiamento e acelerar as ações da agenda de desenvolvimento sustentável. Durante a conferência, realizada no período de 6 a 17 de outubro, entrou em vigor o Protocolo de Nagoya, acordo internacional que regulamenta o acesso aos recursos genéticos e o compartilhamento de benefícios da biodiversidade e que conta com a adesão de cinquenta e quatro países. Sob a alegação de que o protocolo pode representar uma ameaça aos seus interesses comerciais, sobretudo em relação a soja, cana e gado, o Brasil não o ratificou.

"Mesmo com a crise do setor, Brasil é considerado uma referência mundial em etanol e açúcar. O Brasil é o rei da montanha em açúcar."

JOSE ORIVE, diretor executivo da International Sugar Organization, em palestra durante a 14ª Conferência Internacional DATAGRO sobre Açúcar e Etanol, em São Paulo

"Falta clareza sobre a rota que esta tecnologia deve seguir e sua viabilidade comercial."

ROBERTO RODRIGUES, ex-ministro da Agricultura, coordenador da GV Agro, embaixador da ONU para o Cooperativismo no Brasil, na 14ª Conferência Internacional DATAGRO sobre Açúcar e Etanol, durante painel sobre a oportunidade para o etanol de segunda geração e a produção a partir de cereais, como o milho

"A redução do desperdício pela metade representa 25% das necessidades da demanda futura por alimentos. Portanto, não basta produzir mais; precisamos diminuir as perdas e os desperdícios em toda a cadeia da alimentação, da produção ao consumo."

WALTER BELIK, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), idealizador do Fome Zero, no Fórum Desafio 2050 – Unidos para Alimentar o Planeta (6º Fórum Inovação: Agricultura e Alimentos)

"Há possibilidade de dias melhores no futuro, para quem sobrar."

MANOEL CARLOS DE AZEVEDO ORTOLAN, presidente da Organização de Plantadores de Cana da Região Centro-Sul do Brasil (ORPLANA), referindo-se à crise do setor sucroenergético durante debate na 14ª Conferência Internacional DATAGRO sobre Açúcar e Etanol

"A fim de repactuar o diálogo entre as demandas do campo e os mais legítimos anseios urbanos, propomos que o novo governo encaminhe ao Congresso Nacional uma PEC introduzindo a sustentabilidade como 'missão de Estado'."

ALYSSON PAOLINELLI E ROBERTO RODRIGUES, ex-ministros da Agricultura, sendo hoje, respectivamente, presidente do Fórum do Futuro e coordenador do GV Agro; no artigo "Sustentabilidade, uma missão de Estado", publicado no jornal O Estado de São Paulo, em 25/10

"O Brasil tem interesse de estar em toda e qualquer iniciativa que dialogue de fato com a proteção das florestas e com a conciliação das atividades de desenvolvimento, crescimento econômico e inclusão social."

IZABELLA TEIXEIRA, ministra do Meio Ambiente, ao justificar a não assinatura, pelo Brasil, da "Declaração de Nova York sobre Florestas", documento apresentado na Cúpula do Clima, que aconteceu na sede da Organização das Nações Unidas, em Nova York



ALF RIBEIRO

"Além de ser um grande produtor de alimentos, o Brasil é também um celeiro de conhecimento que precisamos levar para o campo, para tornar as propriedades produtivas e sustentáveis."

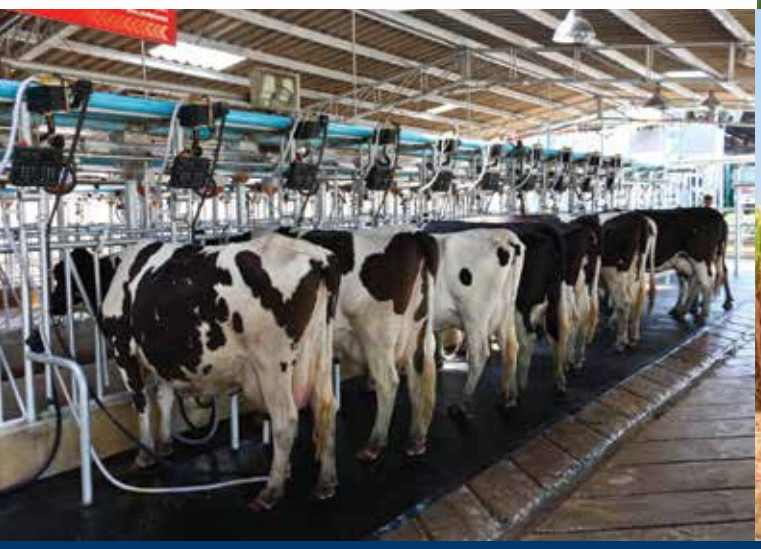
ALAN BOJANIC, representante da FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura) para o Brasil, em palestra realizada em São Paulo, no Fórum Desafio 2050 – Unidos para Alimentar o Planeta (6º Fórum Inovação: Agricultura e Alimentos)

"Existia a compreensão de que brigar não seria o ideal. Ganhamos o litígio na OMC (...) e, agora, conseguimos um acordo entre os dois países que resolve a questão."

LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO, ministro das Relações Exteriores, sobre o acordo assinado entre Brasil e Estados Unidos que encerrou a disputa comercial entre os dois países sobre os subsídios pagos pelo governo norte-americano a seus produtores de algodão









AGRONEGÓCIO: O FUTURO CHEGOU.

MESTRADO PROFISSIONAL EM AGRONEGÓCIO

ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO: AGROENERGIA | ECONOMIA E GESTÃO DO AGRONEGÓCIO

O Mestrado Profissional em Agronegócio da FGV/EESP oferece duas áreas de concentração: Agroenergia e Economia e Gestão do Agronegócio.

Destina-se a profissionais experientes que buscam aprofundar seus estudos e qualificar-se para a administração de empresas direta ou indiretamente ligadas ao Agronegócio e à Agroenergia. O curso conta com professores experientes da FGV, Embrapa e Esalq.

Conheça também os Cursos Master da EESP.

INSCRIÇÕES:
De 29 de julho até o dia 14 de novembro de 2014
www.fgv.br/eesp/processoseletivo

FGV EESP
ESCOLA DE ECONOMIA DE SÃO PAULO

Balança comercial

O COLCHÃO DO AGRONEGÓCIO

Felippe Serigati[1] Roberta Possamai[2]

O PRÓXIMO chefe do poder Executivo federal terá que lidar com um mercado cambial bem mais desafiador, tanto por causa da conjuntura externa, quanto devido às fragilidades domésticas. É importante reconhecer que o caminho será menos tortuoso do que em ocasiões anteriores, entre outros motivos, porque, atualmente, o Brasil conta com um considerável volume de reservas internacionais. Embora seja comum atribuir a expansão destas reservas aos saldos da balança comercial, na realidade, foram as entradas de recursos externos sob a forma de empréstimos e investimentos que possibilitaram a formação desse colchão cambial. Infelizmente, para os próximos anos, a entrada destes recursos por tais canais deve ser significativamente menor. Diante disso, os saldos comerciais gerados pelo agronegócio brasileiro terão um papel ainda mais estratégico: eles serão uma das principais fontes de munição para gestão da política cambial.

Cenário externo

A economia mundial foi marcada nos últimos anos pela abundância de dólares e por baixas taxas de juros. Esse excesso de liquidez foi resultado do *boom* de crédito do período pré-crise e das políticas monetárias fortemente expansionistas adotadas pelos principais bancos centrais para evitarem o colapso dos seus sistemas financeiros. Enfim, foi uma época em que não faltava dólar no mercado.

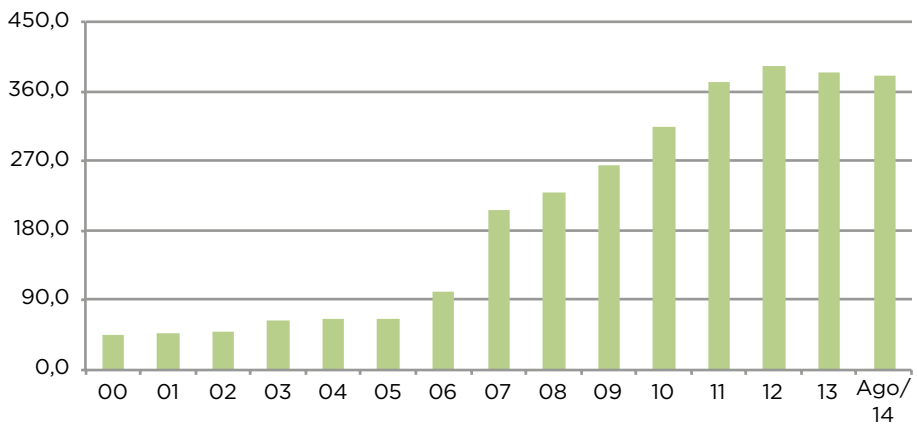
Assim como as demais economias emergentes, o Brasil foi muito favorecido por essa conjuntura. Por exemplo, o País aproveitou esse período de bonança para aumentar seu estoque de reservas internacionais: enquanto, em termos reais, as reservas brasileiras eram de US$ 46 bilhões, em 2000; em agosto de 2014, eram de quase US$ 380 bilhões (sete vezes maiores!).

É importante ter claro que o cenário externo que permitiu acumular tal volume de reservas está mudando:

- com isso, os Estados Unidos estão em uma trajetória cada vez mais clara de retomada de crescimento;
- a taxa de juros básica norte-americana está com perspectivas de subir já em 2015; e
- o Banco Central dos Estados Unidos encerrará a sua compra mensal de ativos em algum momento entre o final de outubro e o final de dezembro deste ano, passando a colocar um volume menor de dólares nos mercados financeiros mundiais.

Em poucas palavras, isso significa que a oferta de dólares no mercado mundial será menor e que, portanto, haverá maior disputa pelos recursos disponíveis. Como, com o crescimento dos Es-

EVOLUÇÃO DAS RESERVAS INTERNACIONAIS BRASILEIRAS (US$ BILHÕES DEFLACIONADOS PELO CPI)



Fonte: Banco Central do Brasil; U.S. Bureau of Labor Statistics



tados Unidos, títulos públicos, ações e quotas de fundos daquele país passarão a ficar mais atraentes, parte dos capitais aplicados em ativos financeiros aqui no Brasil migrará para a economia norte-americana. Ou seja, o cenário externo não proporcionará recursos baratos ao Brasil como houve nos últimos anos. Infelizmente, esse quadro fica um pouco mais desconfortável dadas as fragilidades internas da economia brasileira.

Cenário doméstico

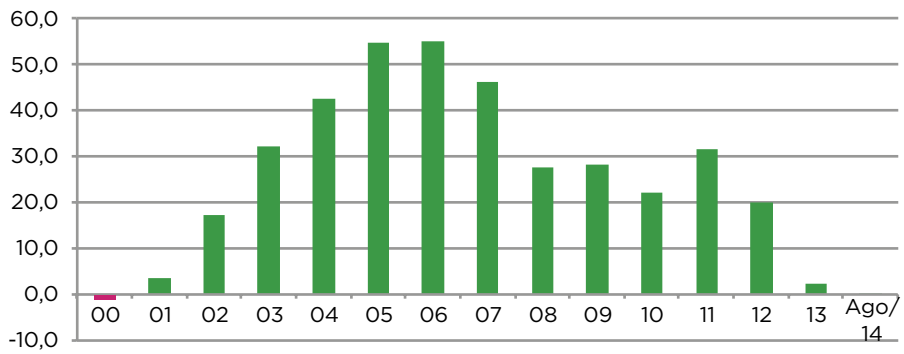
É curioso notar que as reservas brasileiras cresceram fortemente a partir de 2007, saltando de US$ 101 bilhões, em 2006, para US$ 207 bilhões, no ano seguinte. Não é estranho que as reservas brasileiras tenham crescido tanto justamente quando o mundo entrava em crise? Mais do que isso, o Brasil ampliou as suas reservas em quase US$ 200 bilhões justamente nos momentos mais agudos da crise, ou seja, entre 2008 e 2011. Por que isso?

É comum atribuir o crescimento dessas reservas aos saldos da balança comercial (a diferença entre as exportações e as importações de bens), uma vez que as exportações brasileiras cresceram fortemente no período, puxadas, principalmente, pelos elevados preços de *commodities* metálicas, minerais e agrícolas. Apesar de essa ser a hipótese mais popular, os dados sugerem rejeitá-la; não foram os saldos da balança comercial que fizeram as reservas internacionais brasileiras crescerem fortemente.

De acordo com os números do Banco Central, o saldo da balança comercial brasileira tem diminuído persistentemente desde 2005 e 2006. Por trás desta redução, há o crescimento mais acelerado das importações do que das exportações, com especial destaque para a compra de combustíveis derivados do petróleo. Se não foi a balança comercial que trouxe as divisas que formaram as reservas internacionais brasileiras, quem foi? Foram justamente os capitais financeiros que entraram no Brasil sob a forma de empréstimos e financiamentos externos.

Entre os anos de 2007 e 2011 – ou seja, exatamente nos principais anos da crise de 2008 –, o Brasil conseguiu captar volumes recordes de empréstimos e financiamentos externos. Isso foi possível devido (i) às baixas taxas de juros praticadas nos principais mercados finan-

EVOLUÇÃO DO SALDO DA BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA (US$ BILHÕES DEFLACIONADOS PELO CPI)



Fonte: Banco Central do Brasil



SHUTTERSTOCK

ceiros internacionais; (ii) ao excesso de liquidez disponível; e (iii) à pouca atratividade dos ativos financeiros das economias centrais. Esse cenário externo que permitiu ao Brasil ter acesso a um volume tão grande de recursos a um custo tão baixo está chegando ao fim, e o próximo presidente eleito encontrará uma situação interna mais delicada. Em 2013, o Brasil acumulou um déficit de transações correntes – a diferença entre tudo o que o país importa e exporta, incluindo, além de bens, também serviços – de 81 bilhões de dólares; até agosto de 2014, este déficit já tinha chegado a mais de US$ 56 bilhões. Como financiá-lo, uma vez que, como já foi visto, o País contará com um volume cada vez menor (e mais caro) de empréstimos e financiamentos externos? Algumas opções que podem (e serão) utilizadas simultaneamente:

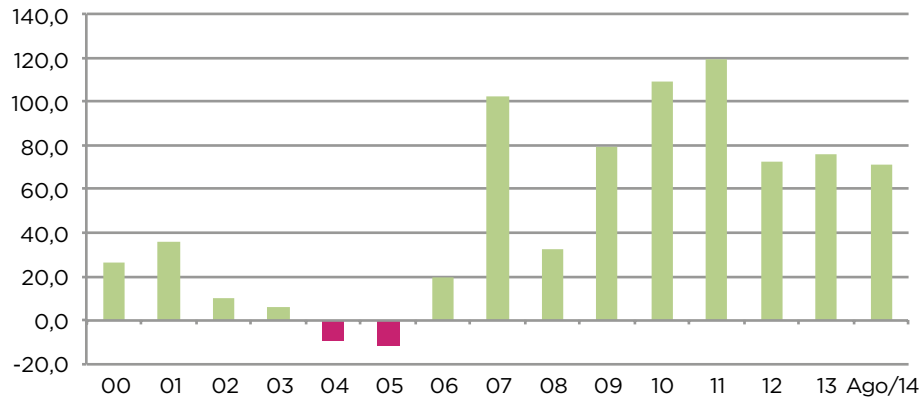
• utilizar de forma mais intensa os recursos disponíveis nas reservas internacionais, afinal é para esses momentos que elas servem;

• elevar a taxa de juros para atrair capital – mas isso comprometeria a retomada do crescimento econômico; e

• permitir uma desvalorização maior da taxa de câmbio, para favorecer as exportações e desestimular as importações – mas esse movimento pressionaria ainda mais a inflação, que, há meses, tem oscilado em torno do teto da meta. Além disso, um câmbio mais depreciado pode pressionar o caixa de diversas empresas que assumiram dívidas em moeda estrangeira.

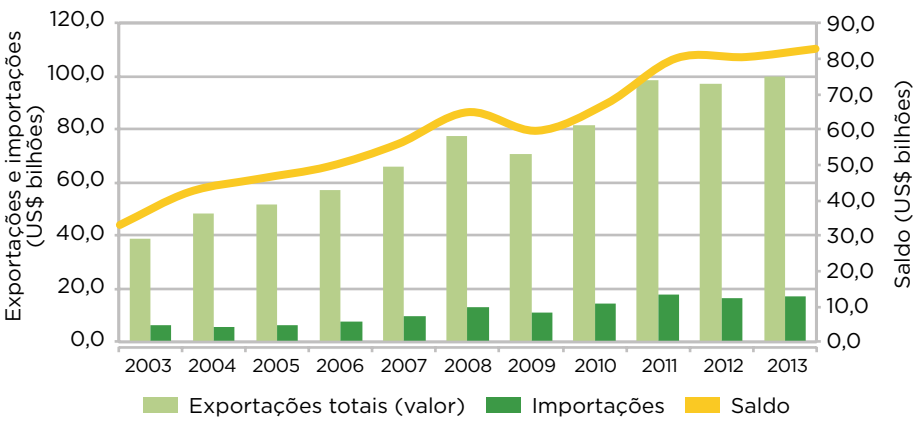
Com certeza, estas medidas serão utilizadas. Porém, para facilitar essa tarefa, o Brasil precisará contar com a ajuda de exportadores do agronegócio.

EVOLUÇÃO DO SALDO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS EXTERNOS NO BRASIL (US$ BILHÕES DEFLACIONADOS PELO CPI)



Fonte: Banco Central do Brasil

EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES E DAS IMPORTAÇÕES DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO (EM US$ BILHÕES DEFLACIONADOS PELO CPI)



Fonte: MAPA

A contribuição do agronegócio brasileiro

Durante todo o período analisado, além de dinamizar a economia do interior da Nação, a expansão do agronegócio brasileiro também permitiu que o País consolidasse-se como um dos mais importantes ofertantes de bens agropecuários no mercado internacional. Como as importações do agronegócio foram persistentemente menores do que as exportações, o saldo gerado pelo setor para a balança comercial brasileira saltou de US$ 33 bilhões, em 2003, para US$ 83 bilhões, em 2013, em termos reais.

Os próximos anos, independentemente de quem tenha ganhado a eleição no final de outubro, oferecerão um cenário externo menos favorável para o mercado cambial brasileiro. A taxa de câmbio estará bastante pressionada, mas não poderá ser desvalorizada rapidamente devido à inflação e ao grau de exposição cambial de algumas empresas. Embora haja um considerável volume de reservas, o esforço exportador do agronegócio brasileiro tornará esse caminho bem mais suave. O País não poderá abrir mão disso. ■

1 Doutor em Economia pela Escola de Economia de São Paulo (EESP/FGV), professor e pesquisador do Centro de Agronegócio da FGV (GV Agro) – felippeserigati@gmail.com
2 Economista pela Universidade de São Paulo (USP) – rc.possamai@gmail.com

Rentabilidade do leite

ÓTIMO RESULTADO COM USO DE TECNOLOGIA

Rafael Ribeiro de Lima Filho[1] Alcides Torres[2]

EM COMPARAÇÃO às outras atividades agropecuárias e indicadores econômicos, em 2013, o sistema de leite intensivo (alta tecnologia) ficou atrás apenas do dólar em termos de rentabilidade média. O resultado foi melhor do que algumas opções, como o arrendamento para a cana-de-açúcar, cujo custo de oportunidade vem tirando muitos pecuaristas da atividade.

O planejamento e a antecipação dos riscos são fundamentais para o sucesso de qualquer atividade. Na pecuária de leite ou de corte, não é diferente. Só no primeiro semestre de 2014, o mercado do leite passou por três momentos distintos:

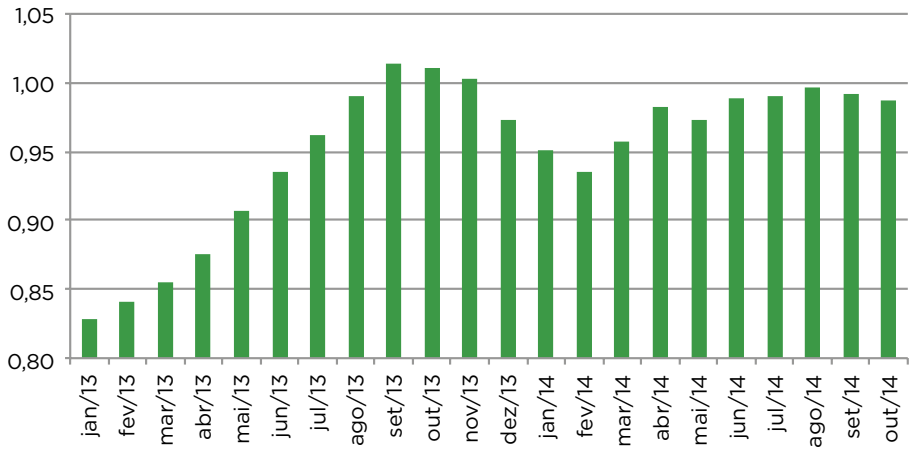
• Primeiro: de janeiro a março, quando houve uma forte especulação a cerca da produção de leite no País, por causa da seca que atingiu importantes bacias leiteiras. Como consequência, o mercado firmou-se e os preços do leite ao produtor subiram a partir de fevereiro.

• Segundo: no início da entressafra, a partir do final de abril, com aumento na captação, apesar de menor do que o registrado em dezembro de 2013. Assim, o volume médio captado no primeiro semestre ficou 12,5% maior, na comparação ao mesmo período do ano passado. Como a demanda por leite e derivados não acompanhou esse incremento da oferta, o resultado foi o acúmulo dos estoques de lácteos nas indústrias, principalmente de leite longa vida e de leite em pó. Em consequência, houve quedas nos preços do leite na fazenda e nos demais elos da cadeia.

• Terceiro: mais recente, entre junho e setembro, em plena entressafra do Brasil Central e da região Sudeste, com uma queda considerável dos custos de produção, principalmente com relação à alimentação concentrada. De janeiro a março, a saca de milho, na região de Campinas, no estado de São Paulo, passou de R$ 25,00 para R$ 34,00. Este incremento de 36,0% no preço do cereal refletiu as perdas registradas na safra de verão e a expectativa de redução da área plantada na segunda safra 2013/14. A partir de maio, o cenário reverteu-se e melhorou em termos de clima favorável e expectativa de bom volume produzido na segunda safra. Com isso, as cotações do grão recuaram para patamares próximos de R$ 21,00 por saca, os mais baixos desde o segundo semestre de 2010.

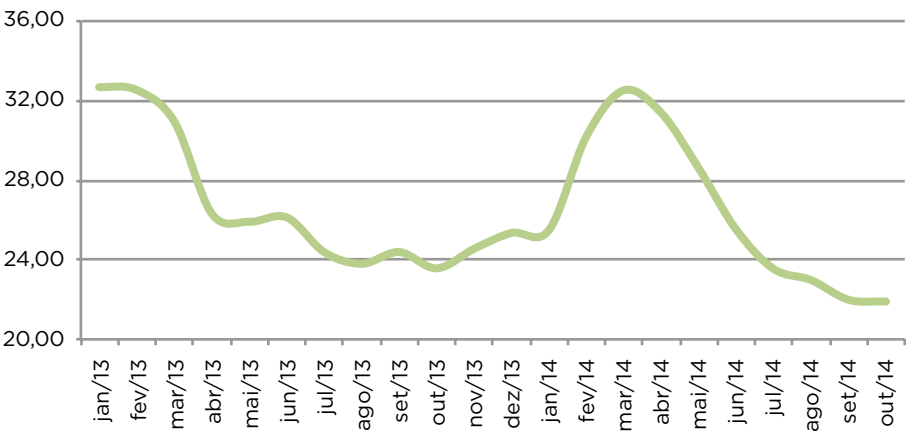
O mercado de milho depreciado, normalmente, puxa para baixo as cotações

BRASIL: PREÇO MÉDIO DO LEITE RECEBIDO PELO PRODUTO (R$ POR LITRO)



Fonte: Scot Consultoria

REGIÃO DE CAMPINAS: PREÇO MÉDIO DO MILHO (R$ POR SACA DE 60 KG)



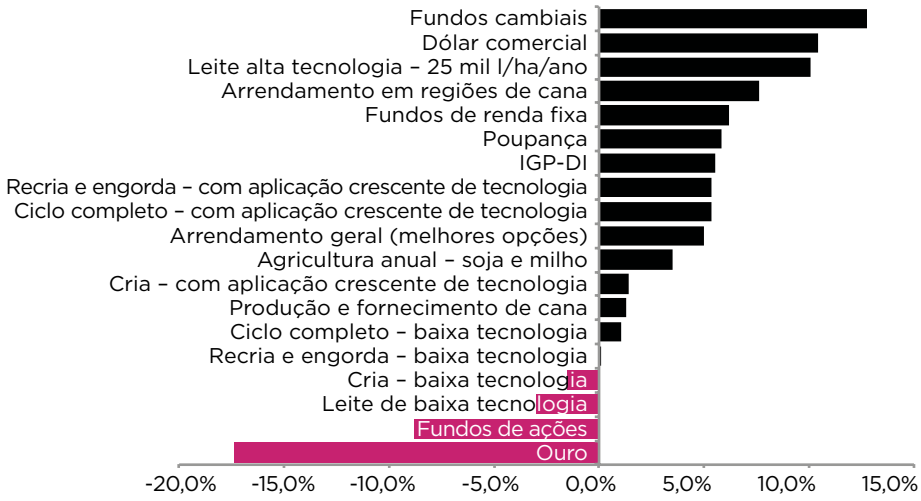
Fonte: Scot Consultoria

RENTABILIDADE DA ATIVIDADE LEITEIRA

Tecnologia	2013		2014*	
	Alta	Baixa	Alta	Baixa
Área total (ha)	65,0	65,0	65,0	65,0
Produção (mil l/ha)	25,0	3,5	25,0	3,5
Lotação média (unidade animal por ha)	4,48	1,81	4,48	1,81
Produção diária (l por vaca)	18,60	6,43	18,60	6,43
Produção diária (l)	4.452	623	4.452	623
Preço líquido (R$/l)	0,93	0,80	0,97	0,84
Custo operacional (R$/l)	0,85	0,83	0,91	0,89
Rentabilidade média (%)	**10,1**	**-3,0**	**8,1**	**-4,5**

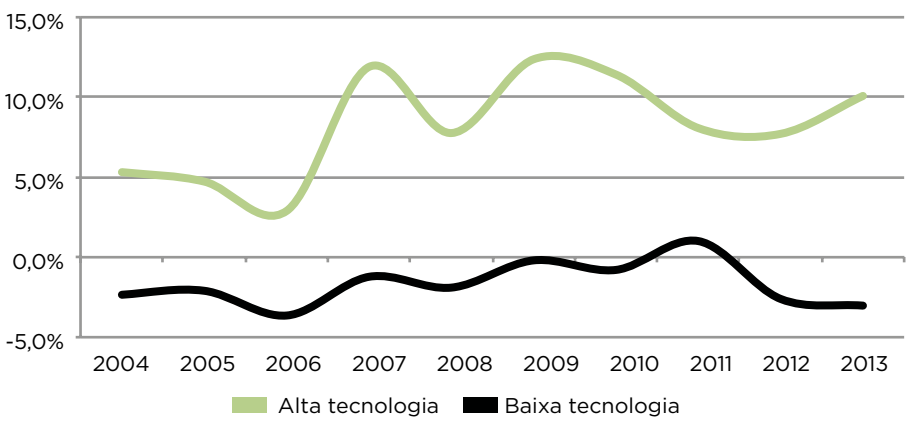
*Estimativa
Fonte: Scot Consultoria

RENTABILIDADES MÉDIAS EM 2013



Fonte: Scot Consultoria

RENTABILIDADES MÉDIAS DA PECUÁRIA DE LEITE DE ALTA E BAIXA TECNOLOGIA (%)



Fonte: Scot Consultoria

dos alimentos alternativos, como o sorgo e a polpa cítrica. No caso do farelo de soja, os preços no mercado interno também caíram, acompanhando a desvalorização da soja, em decorrência da grande produção norte-americana neste ano. A perspectiva é de aumento da área plantada no Brasil na safra 2014/15, mas a estiagem tem atrapalhado. Do mesmo modo, a queda no preço do farelo de soja reflete-se diretamente na demanda e nas cotações de outros produtos concentrados proteicos, como o farelo de algodão, o caroço de algodão e o farelo de amendoim.

Quando se traça uma análise dos resultados econômicos da pecuária leiteira, em 2013 e 2014, os números variam conforme o caso. Acontece que os parâmetros como produtividade, preço da terra, comercialização da produção e aquisição de insumos, por exemplo, são capazes de alterar a rentabilidade dentro de uma mesma atividade. Dentre as explorações agropecuárias, a pecuária leiteira de alta tecnologia foi a que teve o melhor resultado. A rentabilidade média foi de 10,1% em 2013.

O sistema de produção de leite intensivo, no Centro-Sul brasileiro, significa a adoção de pastejo rotacionado, fornecimento de alimentação concentrada, suplementação mineral, animais especializados e produtividade média de 25 mil litros de leite por hectare por ano. Esse resultado foi possível graças à forte valorização do leite no ano passado, cujo preço subiu 17,1%.

Por outro lado, a produção de leite com baixa aplicação de tecnologia deu prejuízo para o produtor, com rentabilidade média de -3,0%. Só perdeu para os investimentos em fundos de ações e ouro, com rentabilidades médias de -8,8% e -17,4%, respectivamente, no ano passado. Em nenhum ano, desde 2004, a produção de leite com baixa aplicação de tecnologia e investimentos teve resultado positivo. Ou seja, é inviável. Essa constatação reforça a necessidade de investimentos na atividade para aumento da produtividade e melhoria da qualidade do leite.

Para 2014, apesar do aumento da oferta de leite no mercado brasileiro e a pressão sobre os preços pagos aos produtores, na média anual, os preços do leite devem superar a média de 2013. No ano passado, os preços subiram fortemente, mas saíram de um patamar próximo de R$ 0,80 por litro de leite. Neste ano, apesar da pressão de baixa e do mercado andando de lado, os preços mantiveram-se acima de R$ 0,93 por litro em todos os meses até então.

Estima-se um preço médio nacional de R$ 0,975 por litro de leite em 2014, 4,5% acima dos R$ 0,933 por litro em 2013. Os custos de produção, porém, estão maiores neste ano. Apesar da queda nos preços dos grãos, a mão de obra, os combustíveis e os volumosos estão pesando mais no bolso do produtor de leite. Segundo o Índice Scot Consultoria para o Custo de Produção do Leite, os custos aumentaram 6,9% em 2014 (janeiro a outubro), em relação ao mesmo período do ano passado.

Considerações finais

O mercado é dinâmico, e não existe espaço para erros. O acompanhamento diário das informações e a criação de cenários auxiliam nas decisões, principalmente em anos de incertezas e grandes oscilações de preços, como é o previsto para 2014. O sucesso da compra de insumos e/ou vendas dos produtos, por vezes, é a chave para o resultado positivo da atividade.

O tom do mercado de leite, no segundo semestre de 2014 e 2015, é de cautela e incertezas. Os investimentos serão mais comedidos, em vista das recentes pressões de baixa causadas pelo aumento da disponibilidade de leite e lácteos no mercado interno. Aliás, a busca de novos mercados externos e o aumento da demanda interna são cada vez mais necessários para o desenvolvimento do setor no País, em vista desses choques de oferta e demanda cada vez com mais frequência e que afetam os preços e a estrutura do mercado de maneira geral.

No Brasil, algumas mudanças conjunturais, como a liquidação de ativos por parte de laticínios em dificuldade, a saída de outras empresas do setor, entre outras, devem movimentar o mercado de leite e despertar a atenção de multinacionais do setor para investimentos no País, como já vêm despertando. ■

1 Zootecnista da Scot Consultoria
2 Engenheiro agrônomo da Scot Consultoria



SHUTTERSTOCK

Comércio internacional

ACORDO ENTRE O BRASIL E A UNIÃO EUROPEIA

Odilson Luiz Ribeiro e Silva*

O MERCOSUL e a União Europeia (UE) estão negociando um acordo de livre comércio desde o final da década de 1990. Até o momento, as negociações não foram concluídas e persistem dificuldades. Do lado do MERCOSUL, há restrições por causa da falta de competitividade do setor industrial local. Já do lado brasileiro, que também mencionava essa mesma dificuldade durante as negociações de 2004, esse fato foi superado, pela constatação de que a falta do acordo com parceiro de tamanha importância poderia retardar a presença das indústrias brasileiras nas cadeias produtivas agregadoras de valor e de contexto global. Do lado europeu, o setor produtivo das carnes, liderado pela Copa-Cogeca – entidade que reúne as federações e cooperativas agrícolas da UE –, tem sido contrário à oferta de eventuais cotas e outras preferências relacionadas ao produto oriundo dos países do MERCOSUL, principalmente do Brasil. Além disso, alega dificuldades para os produtos de origem animal da UE acessarem o mercado brasileiro.

Como pode ser observado, as dificuldades de ambos os lados quanto às negociações agrícolas para celebração de um acordo de livre comércio entre o MERCOSUL e a UE estão mais relacionadas a produtos de origem animal. Também é importante verificar que, dentre os produtos do agronegócio brasileiro exportados para a União Europeia, as carnes são aqueles que têm o maior valor agregado e que contam com estruturas produtivas mais organizadas para fazer valer seus interesses.

As negociações, atualmente, estão paralisadas, até que a nova configuração, após as eleições da Comissão Europeia na UE, seja concluída. A próxima etapa de negociações seria a troca de ofertas. Para o lado europeu, cada vez mais diminui a possibilidade de ofertas estimulantes aos parceiros do MERCOSUL, devido às concessões que ela já tem feito em acordos anteriores, como o que tem com o Canadá, e, também, àquelas que está negociando com países de interesse político e econômico estratégico, como a Ucrânia ou os Estados Unidos da América (EUA). Essa configuração indica a persistência de desafios para a concretização do eventual acordo de livre comércio entre o MERCOSUL e a UE. Atualmente, o Brasil ainda é o maior exportador de alimentos para a União Europeia. Em segundo lugar, estão os EUA, que poderão se tornar o primeiro exportador de alimentos para a UE caso o acordo conhecido como Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento – TTIP (sigla em inglês) – seja concluído.

Alternativa complementar, ou seja, que não descarta a eventual continuidade das negociações do acordo de livre comércio entre o MERCOSUL e a UE, poderia ser abrigada no contexto da parceria estratégica entre o Brasil e a UE. Dentre os membros do MERCOSUL, o Brasil, aliás, é o único que tem este tipo de acordo com a UE. Mesmo que temas tarifários não possam entrar em proposta alternativa ao acordo entre o MERCOSUL e a UE, por causa de dispositivos legais do primeiro, haveria possibilidade de abrigar em contexto de cooperação bilateral muitos dos temas da negociação birregional citada, como, por exemplo, os temas sanitários e fitossanitários ou de propriedade intelectual, entre outros. Anualmente, há reunião de cúpula entre o Brasil e a UE, no âmbito da parceria estratégica, e a próxima está prevista para 2015.

Para que tal alternativa possa ser estudada entre os dois lados, é necessária a proposição oficial, que deveria ser estudada em Grupo de Trabalho conjunto que objetive concretizar a parceria estratégica em termos mais efetivos. Os setores privados interessados na aproximação entre o Brasil e a UE também poderiam oferecer amparo para tal alternativa e, assim, somar forças em prol da alternativa citada, que poderá ser mais célere do que o eventual acordo entre o MERCOSUL e a UE, que comporta originalmente os pilares econômico (com doze Grupos de Trabalho), de cooperação e político.

A busca por alternativas que indiquem a continuidade e intensificação da parceria estratégica entre os dois lados é importante sinal para os setores econômicos terem mais previsibilidade em suas operações na Europa e no Brasil, potencializarem eventuais avaliações de risco sobre investimentos e estimularem projetos culturais e o trânsito de pessoas e bens. A parceria estratégica entre o Brasil e a União Europeia poderia, assim, efetivamente, contribuir para maior aproximação institucional entre os dois lados, com resultados positivos nos três pilares citados. ■

Este artigo reflete a opinião do autor, e não da instituição que representa.

* Ex-adido agrícola junto à Missão do Brasil perante a União Europeia e fiscal federal agropecuário do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)

Açúcar e etanol

MUDANÇA DE ORIENTAÇÃO NO SETOR DE AÇÚCAR E ETANOL

Plinio M. Nastari*

O SETOR sucroenergético brasileiro tem enfrentado a maior crise de sua história. Desde 1975, quando iniciou a diversificação na direção do etanol, nunca houve uma variação de oferta tão grande como a observada no período de 2008 a 2014, com amplitude entre 76,5 e 86,4 milhões de toneladas de açúcares totais recuperados. A crise financeira e a grande variação de oferta têm como origem o clima adverso, os impactos da mudança do modo de produção relacionados à mecanização de operações agrícolas e as políticas públicas que têm causado graves prejuízos ao setor.

As principais distorções causadas pela política pública advêm:

(i) Da redução a zero do valor da CIDE incidente sobre a gasolina;

(ii) Do subsídio de preço da gasolina; e

(iii) Da aplicação pelo Banco Central de uma política que tem mantido em nível artificialmente valorizado a moeda nacional em relação ao dólar.

A redução a zero do valor da CIDE sobre a gasolina, antes definido em R$ 0,28 por litro, trouxe uma perda de R$ 0,196 por litro de etanol hidratado (70%), que acaba impactando também a remuneração do anidro, que é cotado tendo como referência o hidratado, e do açúcar, que é impactado pela consequente produção menor de etanol, e maior de açúcar. Considerando que cada tonelada de cana gera, em média, 80,5 litros de etanol hidratado, somente o efeito CIDE trouxe uma perda de renda para a cana de R$ 15,78 por tonelada (80,5 x 0,196). Como, na safra 2014/15, estimamos que serão moídos 607,7 milhões de toneladas de cana, foi gerada uma perda de renda, apenas nesta safra, de R$ 9,59 bilhões, pela redução a zero do valor da CIDE.

Outra distorção tem sido o subsídio no preço da gasolina comercializada no mercado doméstico, que tem variado ao sabor das oscilações no preço da gasolina no mercado internacional e da taxa de câmbio. Entre janeiro e setembro de 2014, a defasagem média foi de 17,85%, segundo estimativas da DATAGRO. Considerando o preço médio da gasolina A sem impostos de R$ 1,41174 por litro, esta defasagem implicou perda média de R$ 0,252 por litro. Usando o mesmo raciocínio, a perda de renda foi de R$ 8,63 bilhões, somente nesta safra. No mês de outubro, entretanto, foi observada uma queda considerável dos preços do petróleo e da gasolina. Enquanto, em junho, o preço médio da gasolina RBOB no golfo dos EUA era cotado a US$ 3,04 por galão; em 13 de outubro, este preço havia caído para US$ 2,25 por galão. Combinada à taxa de câmbio vigente, a defasagem de preço da gasolina ficou reduzida a 1,04%, o que trouxe dúvidas sobre a necessidade de reajuste no preço da gasolina no curto prazo.

Finalmente, a ação do Banco Central ao influenciar a taxa de câmbio mantendo a moeda nacional valorizada frente



SHUTTERSTOCK

ao dólar contribui para diminuir a competitividade do etanol frente à gasolina e manter a defasagem de preço da gasolina artificialmente baixa, além de ceifar parte da renda obtida com exportações.

Soma-se a esses fatores a elevação no custo de produção advinda do aumento do custo de mão de obra e os impactos da mecanização da colheita e do plantio, que trouxeram novos desafios em termos de perdas na colheita, maiores impurezas vegetais e minerais e novas pragas e doenças.

No *front* externo, o mercado mundial de açúcar encerra o ciclo de 2013/14 (outubro-setembro) com quatro anos consecutivos de superávit, construídos, inclusive, com a produção originada no Brasil. Esses aumentos ajudaram a suprir o aumento de demanda do mercado internacional, que continua crescendo à taxa de 2% ao ano, mas levaram também a uma relação estoque/consumo relativamente elevada, de 45,6%, em 30 de setembro de 2014. Este percentual só foi maior em 2002/03, quando atingiu 46,9%. Estoques elevados têm pressionado e mantido os preços do açúcar em níveis mais baixos. A tela de outubro de 2014 do contrato 11 de Nova York chegou a ser cotada abaixo de 14 centavos de dólar por libra-peso, um nível bem abaixo do custo médio de produção na região Centro-Sul do Brasil, estimado entre 17,5 e 18,5 centavos de dólar por libra-peso.

Em resposta a essa queda de preço, os produtores brasileiros aproveitaram a sua flexibilidade industrial para direcionar uma proporção maior da cana para a produção de etanol, em particular a de hidratado, que é mais elástica e capaz de ser absorvida pelo mercado do que a de anidro, que está relacionada a uma proporção fixa do consumo de gasolina.

A instauração de uma política previsível, alinhada aos preços de mercado e que reconheça as vantagens ambientais e de promoção de desenvolvimento econômico interiorizado do etanol, por meio de uma política fiscal que diferencie o etanol da gasolina, é fundamental para que haja uma mudança de rumo e que o fato de as oportunidades terem sido perdidas nesses últimos anos não se repita no futuro. Afinal, desde 1975, o etanol já substituiu, no Brasil, mais de 2,3 bilhões de barris de gasolina equivalente, permitindo, até dezembro de 2013, uma economia com a importação de gasolina em US$ 295 bilhões. São marcos expressivos para um país que, mesmo considerando as descobertas do pré-sal, detém reservas provadas de óleo e gás de 15,3 bilhões de barris e que possui reservas de divisas de 378 bilhões de dólares, sem contar os compromissos advindos dos *swaps* cambiais. ■

Perspectivas para o setor

A nossa projeção indica que o ciclo mundial de 2014/15, que se iniciou em 1º de outubro último, deva gerar um déficit de 3,24 milhões de toneladas, o que deve reduzir a relação estoque/consumo para 42,8%, no final de setembro de 2015. Enquanto isso, é esperado que os produtores brasileiros continuem direcionando mais cana para a produção de etanol do que de açúcar.

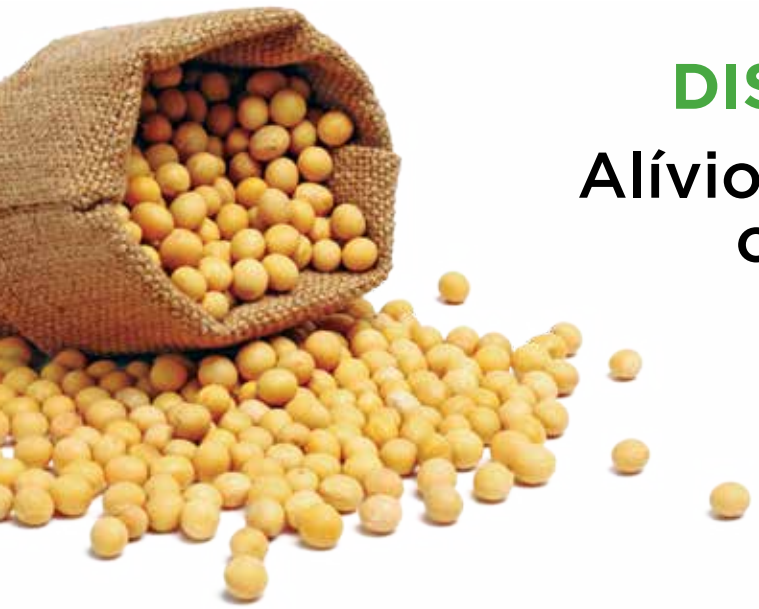
A seca de 2014 na região Centro-Sul, a mais severa das últimas quatro décadas, atingiu principalmente o estado de São Paulo, que concentra mais de 60% da produção nacional de cana-de-açúcar. A seca afetou o desenvolvimento fisiológico das canas de dezoito meses, plantadas entre fevereiro e abril, e, também, atrasou o plantio das canas de um ano. A rebrota das canas socas também foi afetada pelo clima, além de sofrer com a menor aplicação de insumos, estimada entre 28% e 35%. A cana bisada moída em 2014, que sobrou da safra 2013, não existirá mais no mesmo volume em 2015. Todos esses fatores indicam a direção de uma safra em 2015 que poderá ser apenas ligeiramente melhor, se o clima ajudar, mas poderá ser igual ou menor do que foi a de 2014.

Os investimentos em expansão da capacidade de moagem permanecem paralisados e não devem ser retomados enquanto não houver uma sinalização de retorno da CIDE, como mecanismo de proteção contra a volatilidade do mercado de gasolina. Nesse quadro, que ainda é de incerteza, resta a direção de expansão da cogeração a partir de resíduos de cana, beneficiada nesta safra pelos elevados níveis de preço de energia (PLD) no mercado à vista. Um novo leilão de energia programado para novembro poderá levar a uma nova rodada de investimentos nesta área, que ainda tem condições de crescer significativamente, dado o potencial hoje existente de 14 GW de energia excedente, dos quais apenas 4,3 GW estão sendo supridos durante a safra de cana.

Passadas as eleições deste ano, até poucas semanas atrás, era esperada uma recuperação do preço da gasolina no mercado interno. A intensidade e a velocidade com que esta recomposição deverá ocorrer são incertas, mas tudo indica na direção de que a prioridade dos produtores brasileiros continuará sendo a de produzir mais etanol. Há, ainda, a possibilidade da mistura de etanol anidro à gasolina elevar-se dos atuais 25,0% para 27,5%, se os testes em andamento indicarem que é tecnicamente possível. Isso ajudará a manter controlada a importação de gasolina.

No entanto, sem estímulos a investimentos em expansão de moagem e com a demanda de etanol e açúcar em crescimento, os preços devem reagir no futuro. A curva de preços futuros do contrato futuro de açúcar de Nova York já indica essa direção, o que, provavelmente, é uma indicação de que o mercado está projetando a manutenção de um cenário de déficit também em 2015/16.

* Presidente da DATAGRO Consultoria; foi professor de Micro e Macroeconomia da EAESP-FGV; foi presidente do Conselho da Associação Brasileira de Engenharia Automotiva (AEA); e participou como membro dos grupos técnicos da Comissão Nacional de Energia e da Comissão para Reexame da Matriz Energética



DISPARADA DO DÓLAR

Alívio ou preocupação para os produtores de soja?

Tânia Tozzi*

DEPOIS DE alguns anos convivendo com uma margem um tanto dilatada de lucros, os produtores de soja do Brasil veem-se, agora, numa realidade totalmente distinta. Se o dólar se desvalorizar, ninguém vai conseguir fechar as contas em 2015. É que a moeda tem peso expressivo na formação dos preços e fará toda a diferença para garantir um ano de lucros, ou de severos prejuízos, ao setor no próximo ano.

Poucos fazem essa conta, mas, a cada oscilação de R$ 0,01 no câmbio, entra ou sai do bolso dos produtores cerca de R$ 0,20 por cada saca de soja negociada. Isso significa uma diferença de R$ 6,12 por saca entre um dólar na casa de R$ 2,20 e outro em R$ 2,50.

Tendo como referência o valor de US$ 9,50/*bushel* na Bolsa de Chicago (CME Group), para março de 2015, e paridade para os prêmios de exportação, uma saca de soja valeria entre R$ 44,80 e R$ 50,90 no Porto de Paranaguá, só com essa oscilação no câmbio. Diferença brutal quando computados os custos do frete, sobretudo partindo do interior do Mato Grosso.

Se o dólar recuar para a casa de R$ 2,20, o mercado comprador será forçado a pagar altos prêmios para não gerar caos no abastecimento, já que o mundo depende da soja brasileira para sua subsistência. Do contrário, boa parte dos produtores afundará em dívidas, dando início a uma severa crise em 2015.

Preocupa, ainda, o aumento dos custos de produção, já que, se o dólar dá de um lado, tira do outro! Como grande parte dos insumos é importada, o valor de plantio de cada hectare pode subir expressivamente na temporada 2015/16.

É claro que essa equação não prejudica apenas o setor produtivo. Uma queda na rentabilidade da agricultura significa menor investimento em tecnologia, empobrecimento da terra e menos dinheiro girando nas praças de comercialização Brasil afora, afetando diretamente a economia dos milhares de municípios que dependem disso para tocar outros negócios.

Há, ainda, a perda do mercado internacional. Com os Estados Unidos colhendo a maior produção de soja de todos os tempos, qualquer valorização do real frente ao dólar pode levar as exportações a perderem espaço, comprometendo a balança comercial brasileira, carregada nas costas há tempos pela oleaginosa.

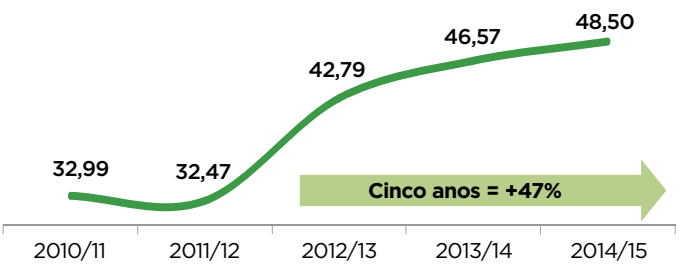
Os desafios serão grandes, e o produtor terá que ser muito profissional para conseguir encarar com tranquilidade a alteração expressiva de cenário que teremos pela frente. Será preciso investir em informação estratégica, única forma de desenhar um ambiente mais positivo para o médio e longo prazos, reduzindo seus riscos. É duro, mas, do contrário, poder-se-á ficar pelo caminho! ■

SIMULAÇÃO DE PREÇOS DA SOJA NO PORTO DE PARANAGUÁ

Câmbio	Porto de Paranaguá
R$	R$/saca
2,20	44,80
2,25	45,80
2,30	46,80
2,35	47,90
2,40	48,90
2,45	49,90
2,50	50,90

Referência: Bolsa de Chicago = US$ 9,50/*bushel* (US$ 20,94/saca)
Prêmios de exportação: zero (paridade)

BRASIL: EXPORTAÇÃO DE SOJA (MILHÕES DE TONELADAS)



Fonte: Conab

* Analista chefe da equipe de grãos e estrategista da Rural Business

BOI GORDO

Preços continuam bons para os pecuaristas

Júlio Brissac*



HÁ DEZ anos, a equipe de pecuária de corte da Rural Business criou o Índice Boi Gordo Brasil, que mede os preços diários à vista em quatorze estados, gerando uma média simples. Essa informação é uma importante ferramenta para mensurar o quanto os frigoríficos gastam diariamente na compra de animais em todo o País.

A trajetória de forte valorização nos preços da arroba, nos últimos cinco anos, é uma realidade prevista e alertada há tempos. Porém, a grande pergunta cabível neste momento é: esse processo de alta continuará? E a resposta é "sim"! No próximo ano, os frigoríficos que operam no Brasil sentirão saudades das cotações praticadas agora em 2014, que já entram para a história como as mais elevadas de todos os tempos. Portanto, podem preparar-se para aumentar o caixa!

O motivo é simples: os estoques de gado estão baixos não só no Brasil, mas em outros importantes *player*s da América do Sul, como Uruguai, Argentina e Paraguai, além de grandes países produtores e consumidores, como Estados Unidos e Austrália. Para onde se olha, a percepção clara é de um volume de gado circulando no mercado abaixo das necessidades de consumo no próximo ano, forçando o aumento dos preços.

Clima e margens melhores de lucro em outras atividades agravam essa situação. No Brasil, a seca gera problemas de parição em regiões importantes, como no Sudeste. Como se não bastasse, a sequência de anos com abates elevados de fêmeas cobrará um custo alto para a atividade, mantendo a oferta enxuta e os preços de reposição nas alturas. E, como boi não é galinha, ainda levará algum tempo para os grandes países produtores recuperarem de fato seus estoques.

Mas, nem só de notícias negativas viverão os megafrigoríficos em 2015! Por um lado, de fato, eles terão de desembolsar mais dinheiro para cumprir os seus compromissos de negócios, visto que a compra de gado gordo representa mais de 80% na planilha de custos. Por outro lado, terão um ano de glória nas exportações, sobretudo se o dólar continuar subindo ladeira acima.

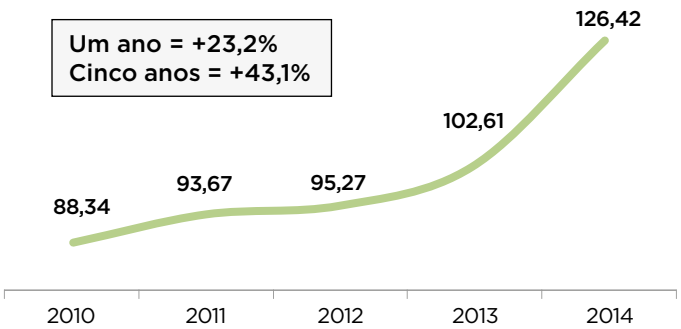
Jamais os exportadores faturaram tanto com a venda de carne bovina ao exterior como neste ano. Os embarques de produtos *in natura*, de industrializados e de miudezas bovinas já atingem a casa de 1,15 milhão de toneladas, o segundo maior volume da história. O preço médio de cada tonelada chega a US$ 4.574, colocando nos caixas das empresas US$ 5,27 bilhões até setembro. Esta cifra é quase 10% a mais do que a registrada um ano atrás, marcando novo recorde.

A receita apurada com as exportações em reais é ainda mais surpreendente. Com um dólar valendo R$ 2,289, a maior média em nove anos para o período analisado, cada tonelada está sendo negociada no exterior a R$ 10.470, valor jamais visto em toda a história para o período, rendendo R$ 12 bilhões aos exportadores em nove meses. Tal patamar ultrapassa em 18,5% os registros de igual período de 2013. Confirma-se, ainda, que, em apenas cinco anos, o faturamento da indústria exportadora cresceu 82%, para um aumento de apenas 42% no volume embarcado.

Apenas os negócios com carne industrializada já renderam R$ 1,03 bilhão aos frigoríficos exportadores, patamar que sobe para R$ 9,79 bilhões com produto *in natura*, responsável por 80% das vendas do setor.

Como reforço aos alertas desde o primeiro semestre, as vendas externas estão e continuarão em níveis históricos, reduzindo ainda mais a oferta de carne no mercado físico. E, sem sinais de desaquecimento na demanda, não existirá espaço para queda nos preços da arroba em 2015. ■

BRASIL: ÍNDICE BOI GORDO (PREÇO À VISTA, EM R$/@, EM 15 DE OUTUBRO)



Fonte: Rural Business

* Analista chefe e estrategista de pecuária de corte da Rural Business



MILHO
Problema é excesso de produção

Júlio Brissac*

É MILHO demais! Teríamos que ter competitividade suficiente para desbancar os Estados Unidos nas vendas externas, única forma de escoar uma sobra tão elevada, mas não temos. O país já projeta colher 182 sacas por hectare este ano, mais do que o dobro da média conseguida pelo agricultor brasileiro, de pouco mais de 84 sacas. Sem uma redução drástica na segunda safra, que vem desequilibrando completamente a oferta de milho no Brasil, o segundo semestre de 2015 poderá ser de severos prejuízos aos produtores, riscando do mapa o ano de 2016, não por falta de demanda, mas por excesso de produção.

Comparar a realidade atual do mercado de milho com a conjuntura de 2012 e 2013 é um erro, pois gera interpretações completamente distorcidas. A mais marcante delas vem das exportações: as notícias espalhadas pela mídia não especializada enfocam a queda brusca na movimentação de navios nos portos brasileiros, sugerindo uma retração na demanda.

Mas, na verdade, o problema não reside na demanda, e sim no excesso de produção. Não se trata das vendas externas atuais estarem lentas, e sim do comportamento completamente atípico ocorrido com o grão nos últimos anos.

Com a quebra imensa da safra 2012/13 nos Estados Unidos, grande *player*s mundiais foram forçados a buscar milho no Brasil, empurrando as suas exportações para níveis sequer sonhados anteriormente. Hoje, a situação é outra. Com o avanço da colheita nacional do milho 2ª safra, com outro recorde consecutivo, o cenário mudou: os americanos começam a ter grão em grande volume e a preços muito mais competitivos do que os brasileiros. Com isso, eles recuperam seus antigos compradores, colocando as exportações brasileiras em segundo plano.

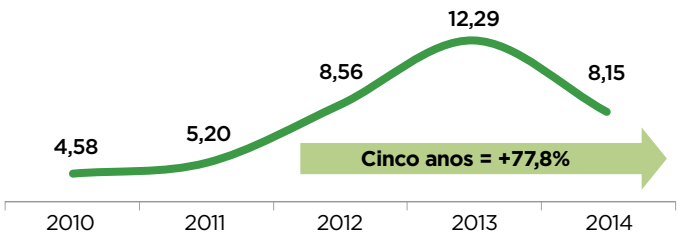
E, tendo como base padrões normais de mercado, as vendas externas brasileiras de milho vão muito bem! Prova disso é que os embarques da atual temporada só perdem para o visto nas safras 2011/12 e 2012/13. Só o Irã, nosso maior cliente, já aumentou em 145,5% as suas aquisições entre fevereiro e setembro, para 1,85 milhão de toneladas, novo teto. Sozinho, este país responde por 22,7% das nossas exportações do cereal, seguido pelo Vietnã, com compras de 1,32 milhão de toneladas e participação de 16,2%.

Nesse período citado, apenas do Mato Grosso, os iranianos importaram 637,21 mil toneladas, além de mais 441,65 mil do Paraná. Cabe, ainda, destaque ao Rio Grande do Sul, que já mandou 383,06 mil toneladas para eles. Esta quantidade é seis vezes mais do que a registada em 2013. Também Goiás beneficia-se com a demanda do Irã, aumentando em 292% as vendas ao país em apenas um ano, de 51,45 mil toneladas para 201,54 mil.

Egito, Indonésia, Coreia do Sul, Marrocos, Malásia, Taiwan, Arábia Saudita e Argélia complementam o *ranking* dos dez maiores clientes das *tradings* que operam no Brasil. Juntas, estas empresas exportaram, até setembro, 8,15 milhões de toneladas de milho (fevereiro a setembro), volume que confirma intenso aumento de 77,8% apenas nos últimos quatro anos.

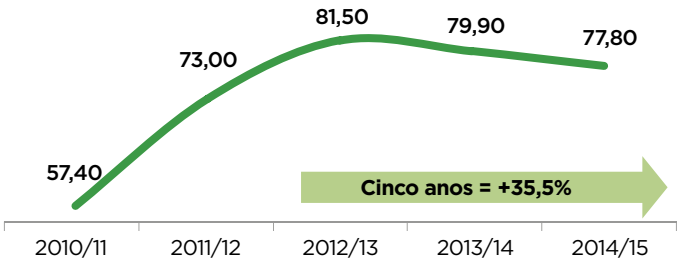
E, se não existe problema algum com a demanda internacional, muito menos com o consumo – já foi previsto que atingirá a casa de 42,20 milhões de toneladas na nova safra 2014/15 –, o descompasso vem da produção. Em apenas um ano, entre 2011 e 2012, a colheita saltou da casa de 57,4 milhões de toneladas para 73 milhões e não abaixou mais. Entre 2012 e 2014, foram tirados dos campos 234,4 milhões de toneladas de milho, volume que o Brasil levava quase cinco anos para produzir até 2011. ■

BRASIL: EXPORTAÇÃO DE MILHO (MILHÕES DE TONELADAS)



Nota: Safra 2013/14 – fevereiro a setembro
Fonte: SECEX

BRASIL: PRODUÇÃO DE MILHO (MILHÕES DE TONELADAS)



Fonte: Conab

* Analista chefe e estrategista de pecuária de corte da Rural Business

Associação Nacional para Difusão de Adubos

4º CONGRESSO BRASILEIRO DE FERTILIZANTES

ANDA
ASSOCIAÇÃO NACIONAL PARA DIFUSÃO DE ADUBOS

4º Congresso Brasileiro de Fertilizantes

A ASSOCIAÇÃO Nacional para Difusão de Adubos (ANDA) realizou o seu 4º Congresso Brasileiro de Fertilizantes. O encontro teve como tema central "Desafios e Oportunidades". De acordo com as análises feitas por vários organismos internacionais, como o Banco Mundial e a FAO, o uso de fertilizantes é o responsável por 50% do suprimento de alimentos produzidos no mundo. O insumo desempenha papel crucial no aumento da produtividade necessária para atender a demanda projetada.

No painel 1, o economista do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) Marcelo Miterhof falou sobre indústria de transformação, investimento público e educação. Tanto na educação, quanto em outras áreas, Miterhof destacou a necessidade do País retomar um crescimento para que ocorra uma melhoria geral das condições de vida para toda a população. "O grande desafio brasileiro é criar condições para se conseguir, na indústria de transformação e em outros segmentos econômicos, um modelo alternativo de crescimento, como já está fazendo a cadeia da proteína animal", ressaltou o palestrante.

No painel 2, Luiz Antônio Fayet, consultor de logística e infraestrutura da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), frisou que "o custo de logística e de transporte de grãos do Brasil, em 2003, era duas vezes mais caro do que o dos produtores dos Estados Unidos e da Argentina. Esse número cresceu para quatro vezes em 2013". Fayet disse, ainda: "Em função das deficiências de logística de transporte no Norte e Nordeste, continuaremos com a necessidade de embarcar 60 milhões de toneladas de soja produzidos no Centro-Oeste pelos portos do Sudeste e do Sul do País".

A palestra no painel 3 tratou sobre economia do conhecimento, inovação e sustentabilidade e foi ministrada pelo diretor da Elabora Consultoria e professor, João Eduardo de Morais Furtado, da Universidade de São Paulo (USP). Em sua fala, ele manifestou que "essa dicotomia entre o dentro da porteira, com tudo eficiente, e o fora da porteira, carregado de problemas, merece uma revisão e reflexão. Como os problemas existem nas duas partes, devemos olhar com carinho para as questões ligadas à produtividade".

Já no painel 4, Anderson Galvão, CEO da Céleres, discorreu sobre desafios e oportunidades para a agropecuária brasileira. Para ele, a redução do custo de produção na cadeia produtiva da soja é vital quando se olha para o futuro, principalmente no que diz respeito a transporte e exportação. Esses altos preços praticados pela *commodity* nas últimas temporadas, com certeza, servem para atrair a concorrência de países como os do continente africano. "Devemos preparar-nos para um cenário mais competitivo, porque os grandes importadores diversificaram os seus fornecedores", frisou.

Como momento especial e de clímax para o evento, a ANDA promoveu uma solenidade de homenagem ao engenheiro agrônomo Fernando Penteado Cardoso, um dos mais admirados empresários do setor de fertilizantes. "Foi um reconhecimento ao trabalho de um personagem que se confunde com o próprio desenvolvimento dos fertilizantes no Brasil", destacou George Wagner Bonifácio e Sousa, presidente da entidade. Fundador da Manah, em 1947, Cardoso, que completou 100 anos de idade no mês de setembro último, dedica-se a Fundação Agrisus – Agricultura Sustentável, iniciativa própria para incentivar pesquisas e estudos sobre fertilidade dos solos. ■



GERARDO LAZZARI



Cuidado que se traduz em sorrisos

O Sistema OCB trabalha para conquistar as melhores oportunidades de crescimento que gerem um ambiente de confiança e de reconhecimento dos ramos. Afinal, o cooperativismo valoriza as pessoas e as comunidades onde atua - com eficiência para ir cada vez mais longe e alcançar excelentes resultados.

www.brasilcooperativo.coop.br

SistemaOCB
CNCOOP - OCB - SESCOOP

Segurança alimentar e nutricional

PROGRESSOS RECENTES NO BRASIL

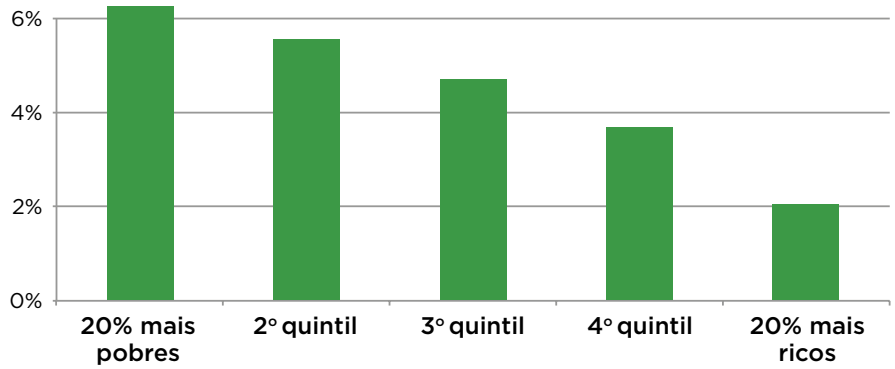
Cristina Fróes de Borja Reis*

O RECÉM-LANÇADO relatório "The State of Food Insecurity in the World 2014", da FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations), sobre a insegurança alimentar no mundo, traz dados mostrando que, embora ela tenha diminuído, continua extremamente aguda: aproximadamente 805 milhões de pessoas sofreram de subnutrição crônica entre 2012 e 2014. Há uma década, os resultados eram piores, com 100 milhões a mais neste estado crítico.

O Brasil é apresentado como um dos casos de maior sucesso de criação de condições para melhorar a segurança alimentar e a nutrição. A Nação conseguiu atingir tanto o objetivo de reduzir pela metade o percentual relativo da população em estado de fome, quanto o de reduzir o número absoluto. Além disso, houve um progresso geral em termos de desenvolvimento humano e de redução de desigualdades nos últimos anos. O relatório afirma que isso tem a ver com o fato do Governo ter colocado a meta de exterminar a fome no núcleo de sua agenda política, conforme prometido no discurso de posse do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2003, ao lançar o Programa Fome Zero, o que, mais tarde, foi reforçado e ampliado no Plano Brasil Sem Miséria, lançado pela presidente Dilma em 2011. Desde então, mais 22 milhões de pessoas foram retirados da pobreza extrema.

Além das políticas específicas, o combate à fome e à pobreza contou também com um regime macroeconômico favorável ao emprego, com valorização do salário-mínimo (notadamente após 2007, por meio de decreto que se tornou lei em 2011) e programas de transferência de renda. A FAO contribuiu provendo cooperação técnica internacional e dando suporte à implementação do Fome Zero. Os resultados desse esforço foram assim divulgados: de 2001 para 2012, a pobreza reduziu-se de 24,3% da população para 8,3%. O outro lado da moeda desse processo é o fato de a renda dos 20% mais pobres da população ter sido a que mais cresceu na análise por quintis de renda.

CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL DA RENDA FAMILIAR *PER CAPITA* POR QUINTIS DE RENDA ENTRE 2001 E 2012 (PERCENTUAL)



Fonte: FAO (2014)

Analisando as causas desse progresso, o relatório afirma que os gastos em programas sociais cresceram mais de 128% entre 2000 e 2012 e, assim, passaram a corresponder a uma parcela do PIB 30% maior. Do total de dispêndios do governo federal em segurança alimentar e nutrição, o Bolsa Família representa 30%. Em março de 2013, um novo avanço no programa resultou em ações para garantir a renda mínima *per capita* de U$ 1,25 por dia para famílias vivendo em pobreza extrema. Entre outras medidas importantes, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) fornece merendas gratuitas em escolas públicas, atendendo 43 milhões de crianças em 2012, o que equivaleu a US$ 1,5 bilhão do orçamento federal.

Estima-se que o impacto dessa política representa a redução de um terço do que a desnutrição no Brasil poderia ter atingido. Complementando essas intervenções, as políticas para fortalecer a agricultura familiar contribuíram para melhorar os índices de segurança alimentar, nutrição e renda da população familiar, com crédito rural, garantia de preços mínimos, desenvolvimento rural e assistência técnica, acesso a terra para mais de 600 mil famílias nos últimos dez anos, compras públicas direto do pequeno produtor para merendas escolares, entre outros.

Como exemplo emblemático do esforço de fortalecimento das instituições de planejamento, implementação, monitoramento e governança das medidas de segurança alimentar e nutricional, em 2010, o direito humano de alimentação adequada foi incluído na Constituição do Brasil. Assim, como conclui a FAO, "as estruturas e as capacitações resultantes da evolução e institucionalização da governança da segurança alimentar e nutricional e o contínuo compromisso financeiro e político conferem ao Brasil uma base sólida para proteger os avanços alcançados e para enfrentar os novos desafios adiante." (FAO, 2014, p. 30). ■

*Professora de Economia da Universidade Federal do ABC (UFABC)

Infraestrutura produtiva

DESENVOLVIMENTO DE CADEIAS DE PRODUÇÃO COMPETITIVAS

Cleber Lima Guarany*

A FGV Projetos, cumprindo seu papel de *think tank*, está trabalhando no desenvolvimento de projetos internacionais dentro de um novo modelo, que representa uma evolução na forma com que os governos encaram os investimentos em projetos de infraestruturas.

O desenvolvimento da infraestrutura é um elemento essencial para o crescimento econômico e social de um país. Ajuda a promover a redução dos custos de produção e o aumento da produtividade das cadeias produtivas.

Temos observado o esforço de muitos países no planejamento e na construção de infraestruturas modernas e eficientes, mas, infelizmente, desconectados de um plano de desenvolvimento produtivo, atrasando assim a sua industrialização, tão necessária para criação de empregos e renda.

Procurando alterar essa situação, a FGV Projetos tem desenvolvido, em alguns países, o conceito de um modelo integrador denominado 'infraestrutura produtiva'.

O conceito de projetos de infraestruturas produtivas vincula os investimentos em infraestrutura aos empreendimentos produtivos necessários para o desenvolvimento de uma determinada cadeia de valor.

Este conceito abrange os investimentos em infraestrutura que amparem uma ou mais cadeias produtivas e que sejam elegíveis para estruturação de um *project finance*, ou seja, investimentos complementares que produzem projetos geradores de receitas.

Investimentos em infraestrutura nos setores de logística, armazenamento, energia, saneamento e comunicação são passíveis de serem formatados por meio de um modelo de infraestrutura produtiva. O investimento total necessário pode ser levantado considerando uma estruturação em conjunto com os projetos produtivos.

Projetos em infraestruturas produtivas permitem um melhor planejamento do pagamento do serviço da dívida de longo prazo, pois as entradas das receitas dos projetos produtivos servem tanto para o pagamento dos investimentos contraídos para os projetos propriamente ditos (CAPEX), como para o pagamento do uso da infraestrutura investida, por meio dos custos e despesas operacionais (OPEX).

> "...A FGV PROJETOS TEM DESENVOLVIDO, EM ALGUNS PAÍSES, O CONCEITO DE UM MODELO INTEGRADOR DENOMINADO 'INFRAESTRUTURA PRODUTIVA'."

A estruturação financeira para o pagamento da dívida dos projetos de infraestrutura produtiva pode ser realizada com elevada alavancagem e ótimas condições de repagamento, considerando:

- Projeto executivo: fluxo de caixa sustentável com capacidade de saldar o serviço da dívida;
- Estruturação *debt/equity*: empréstimos de longo prazo com *exim-banks*, bancos multilaterais, instituições privadas, entre outras;
- *Offtake agreement*: contrato com um comprador do futuro produto ou serviço que será produzido pelo empreendimento como um todo;
- *Escrow account*: conta-guarda para garantir fluxo de pagamentos das prestações do financiamento;
- Outras ferramentas: emissão de debêntures, oferta pública de ações etc.

Tomemos o exemplo de um país que deseje desenvolver uma cadeia produtiva competitiva como, por exemplo, a cadeia do algodão. A grosso modo, a cadeia do algodão começa na produção agrícola e caminha para produção da pluma, fio, tecido e, finalmente, para a tecelagem.

Por meio de um plano de desenvolvimento que defina a região e a infraestrutura necessárias para permitir que a cadeia de produção do algodão esteja apta para competir no mercado internacional, planeja-se os projetos produtivos considerando as fases de desenvolvimento de cada etapa da cadeia.

Dessa maneira, criamos as condições ideais para desenvolver a indústria do algodão, de forma sustentável no longo prazo, gerando empregos e renda para um contingente considerável de pessoas.

Os benefícios desse tipo de abordagem são muito maiores do que os de uma abordagem tradicional, caracterizada pelo investimento em infraestrutura dissociado da produção de bens e serviços.

As unidades de produção pertencentes à cadeia de valor, além de pagarem o próprio serviço da dívida contraída para sua construção, gerarão receitas para o pagamento dos serviços oriundos dos investimentos em infraestruturas, tais como: energia elétrica, água, estradas etc., além do pagamento dos impostos gerados por toda cadeia produtiva. ■

* Coordenador de projetos da FGV Projetos



Pecuária brasileira: ciclo em alta

O cenário de bons ventos previstos para a pecuária de corte brasileira em 2014 se ratificam. Com a firmeza nas demandas interna e externa, o movimento de alta dos preços do setor mantém força desde o segundo semestre de 2013. Mas, as dúvidas tocantes aos temas macroeconômicos do País retardam as decisões de investimentos no longo prazo. O clima quente e seco no começo do ano prejudicou as pastagens em muitas regiões produtoras. Este déficit hídrico danificou as pastagens, e, com isso, caiu o fluxo de animais para abate, ao contrário do que se esperava na considerada "entrada de safra".

O primeiro semestre deste ano foi marcado pelo jogo tradicional de barganha entre os produtores e os frigoríficos. Enquanto os preços do boi gordo continuaram a subir no primeiro trimestre; no segundo trimestre, houve uma acomodação, ainda que em patamares de alta. Sob a alegação de menores entregas de carne no atacado, a indústria tentou negociar a arroba a preços mais baixos. Mesmo assim, como a oferta prosseguiu relativamente restrita, a pressão do lado comprador ficou limitada.

Com a valorização registrada nos negócios de boi gordo, o reflexo maior recaiu no reaquecimento dos preços em cerca de 30% no mercado da reposição, principalmente nas categorias do garrote e da novilha. Essa tendência ficou mais forte diante da proximidade da época de confinamento, nos meses de inverno, com o crescimento da demanda e aumento de preço por garrotes também. Para o bezerro, a média de maio do Indicador Esalq/BM&FBOVESPA (animal nelore, de oito a doze meses, do Mato Grosso do Sul), de R$ 1.047,67, foi a maior em termos reais da série histórica do Cepea (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada), iniciada em 2000 para o produto – os valores foram deflacionados pelo IGP-DI de abril de 2014. Até então, o recorde real havia sido obtido em julho de 2008, com R$ 1.026,69.

Essa conjuntura repercutiu diretamente nas aquisições das futuras matrizes, por uma razão básica: o elevado número de abate de fêmeas nos anos anteriores. Para repor o estoque de fêmeas reprodutoras, o criador demanda essa categoria. De acordo com o ciclo pecuário, a tendência para o futuro é de incremento na quantidade de fêmeas reprodutoras e, por consequência, o de bezerros e de bois gordos.

A série histórica da participação de machos e fêmeas no abate total de bovinos mostra que o primeiro trimestre de cada ano é quando o abate de fêmeas geralmente alcança seu pico.

BRASIL: ABATE DE BOVINOS (EM MIL CABEÇAS)

ANO	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
1º trimestre	7.957	7.249	6.489	7.083	7.103	7.218	8.187	8.367
Fêmeas (%)	63,1	54,4	58,3	61,0	56,6	54,5	53,1	53,1
Machos (%)	37,9	45,6	41,7	39,0	43,4	45,5	46,9	46,9

Fonte: IBGE

Nesse período, os pecuaristas intensificam o abate de matrizes não embrenhadas na estação de monta (normalmente, de novembro a janeiro, no Brasil Central), para cumprir com os compromissos de contrato. O plano resguarda os machos, à espera da engorda.

O elevado abate de fêmeas, que acompanha a bovinocultura de corte há pelo menos três anos, já dava fortes indícios de continuidade em 2014. Em 2013, segundo dados do IBGE, foram abatidos 14,46 milhões de vacas e novilhas. Esse número recorde supera em 10% o máximo até então registrado em 2006.

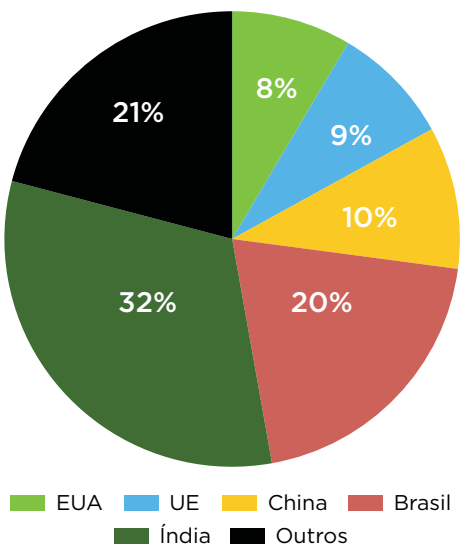
Para o final do ano, o setor pecuário volta as atenções às ofertas de boi de confinamento e ao comportamento da demanda no mercado atacadista. O número de animais confinados no ano não é considerado significativo, como mostram os dados da Associação Nacional dos Confinadores (ASSOCON), de um aumento de 4% em relação a 2013.

Exportações sobem

A oferta e a demanda da carne bovina no mundo são historicamente ajustadas, com uma variação muito próxima entre um ano e outro. Pelos dados do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), em 2014, a previsão é de um crescimento da oferta mundial de 0,40%, (58,85 milhões de toneladas equivalente carcaça – TEC) e de aumento no consumo de 0,73% (57,24 milhões de TEC).

MUNDO: DISTRIBUIÇÃO DO REBANHO BOVINO, EM 2014

Total: 1,03 bilhão de cabeças



Fonte: USDA

As razões básicas para uma menor expansão da oferta são encontradas em dois dos três principais produtores de carne bovina mundial, isto é, a seca para os australianos e a redução do rebanho para os americanos.

Na Austrália, o abate total de bovinos excedeu 8 milhões de cabeças em 2013/14, depois de já ter alcançado essa marca um ano antes. Grande parte destes animais eram fêmeas. Em trinta e cinco anos, é a primeira vez o País registrou dois anos consecutivos de abate acima desse nível. Isso deverá impactar a composição do rebanho no longo prazo, com menor oferta de carne bovina. A estiagem continua a ser a grande preocupação no país.

Nos EUA, a expectativa da oferta de boi gordo, neste quarto trimestre e no primeiro trimestre de 2015, será apertada, de acordo os dados de recuo no confinamento, neste segundo se-

ESTADOS UNIDOS: INVOLUÇÃO DO REBANHO BOVINO (MILHÕES DE CABEÇAS)

ANO	Rebanho
1975	131,8
1980	111,0
1985	109,8
1990	99,3
1995	102,8
2000	98,0
2005	95,4
2010	93,7
2014	87,8

Fonte: USDA

mestre. Aliás, o rebanho norte-americano assinala queda nas últimas décadas, sem tendência de reversão nesse processo.

Para o Brasil, a tendência é oposta, com a expansão na produção. Outro número do USDA também reforça a ampliação da demanda, com maiores importações mundiais de carne bovina. Essa condição privilegiada do Brasil no mercado de carne bovina, na oferta em quantidade e qualidade, favorece todos os elos da sua cadeia produtiva.

Neste ano, o bom desempenho das exportações no primeiro semestre contribuiu para enxugar a oferta interna e impulsionar o movimento de alta das cotações. O volume ficou abaixo apenas do registrado no mesmo período de 2007 (698,6 mil toneladas), ano de exportação recorde, enquanto o montante obtido atingiu valor recorde para o período (primeiro semestre), de US$ 2,7 bilhões.

O crescimento deve-se especialmente à demanda de Hong Kong e Rússia, que continuam liderando o *ranking* de mercados importadores de carne brasileira. O Brasil também consolida sua posição como maior fornecedor no Norte da África, com crescimento expressivo nos mercados do Egito, da Líbia e da Argélia.

BRASIL: EXPORTAÇÃO DE CARNE BOVINA – PRIMEIRO SEMESTRE

ANO	Valor (US$ milhões)	Quantidade (mil toneladas)
2013	US$ 3.004	675,7
2014	US$ 3.404	762,0

Fonte: SECEX

Quanto às exportações brasileiras de carne bovina, a desvalorização do dólar frente ao real contribui para manter aquecida a demanda externa pelo produto nacional. Além disso, a Rússia, após reabrir o seu mercado para os frigoríficos brasileiros, impôs sanções às importações de carne da União Europeia, dos Estados Unidos e da Austrália. Já a China anunciou, em julho, a suspensão do embargo estabelecido em 2012, após um caso atípico de doença da vaca louca no estado do Paraná.

Tudo isso deve ajudar os embarques de carne bovina do País. O desempenho depende também do apetite de países como a Venezuela e o complexo China-Hong Kong-Macau. Nesse contexto, há perspectiva animadora para o Brasil bater novo recorde de exportação em 2014.

Caminhos para a sustentabilidade

A cadeia produtiva da bovinocultura enfrenta as exigências técnicas e sanitárias nas questões ligadas à rastreabilidade, ao bem-estar animal, à sanidade do plantel e as contaminações com resíduos em produtos cárneos no mercado internacional. A estruturação e a organização dos serviços sanitários oficiais para monitorar e orientar o setor privado são prioritárias para o Brasil enfrentar embargos, depreciação dos preços e comprometimento da imagem.

Outro foco de tensão comercial é o engajamento contra a produção pecuária em áreas de desmatamento ou que desrespeitam as salvaguardas sociais. Hoje, mais de dois terços dos frigoríficos realizam o abate com inspeção federal. Houve uma evolução significativa nos últimos anos.

Em julho último, foi assinado o acordo de cooperação técnica firmado entre o Ministério Público Federal (MPF) e a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec). O objetivo é criar sistemas e práticas para tornar mais difícil a comercialização de carne proveniente de áreas de desmatamento da Amazônia ou que tenha sido produzida em meio a irregularidades ambientais e sociais, como invasão de terras públicas e trabalho escravo. No futuro, deve ser criado um selo para certificar as carnes provenientes de produtores que aderiram às boas práticas.

Estudo recente do Cepea aponta índice de abates não fiscalizados abaixo de 10%. É um percentual bem inferior aos registrados no passado, de 30% a 50%. O estudo foi financiado pelos maiores frigoríficos do País – JBS, Marfrig, Minerva e Rodopa –, pelas redes varejistas Pão de Açúcar, Carrefour e Walmart, além da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

BRASIL: ABATE E REBANHO PECUÁRIO (MILHÕES DE CABEÇAS)

ANO	Abate	Rebanho
2000	17,1	169,6
2001	18,4	176,4
2002	19,9	185,3
2003	21,6	195,6
2004	25,9	204,5
2005	28,0	207,2
2006	30,2	205,9
2007	30,5	199,7
2008	28,7	202,3
2009	27,9	205,3
2010	29,3	209,5
2011	28,9	212,8
2012	31,2	211,3
2013	34,4	nd*

* Não disponível
Fonte: IBGE

make.

COMPROMISSO ALÉM DE PRODUTOS INOVADORES

DOW®

Dow AgroSciences



Base da pecuária moderna: produtividade com rentabilidade. Por isso, nosso objetivo é entregar melhorias, soluções e evolução do negócio com sustentabilidade.

0800 772 2492 | www.dowagro.com

Linha Pastagem™

Soluções para um Mundo em Crescimento

®™Marcas registradas de The Dow Chemical Company ou companhias afiliadas.

A pecuária que queremos (e precisamos)


MARCO FLAVIO

Eduardo Bastos*

É indiscutível que o presente e o futuro da pecuária brasileira estão na união de todos os segmentos envolvidos nesta cadeia de valor. E também não há como negar que a pecuária deve ser desenvolvida com princípios e metodologias de sustentabilidade. A intensificação sustentável é capaz de aumentar a produção e a produtividade sem invadir novos territórios, respeitando o ambiente. Além disso, ela traz benefícios econômicos para gerar riquezas que voltam não somente para a proteção ambiental, mas também para serem investidas na atividade, trazendo benefícios sociais.

Vai ser cada vez mais difícil para o pecuarista caminhar sem ser mais sustentável. Lá na ponta, o consumidor já começa a exigir carne com rastreabilidade, que não seja oriunda de áreas ilegalmente desmatadas ou de qualquer outro tipo de exploração irregular. Por esse motivo, pecuaristas, produtores de insumos, frigoríficos, grandes redes de supermercado, bancos, associações da sociedade civil, ONGs e tantos outros elos formadores da cadeia de valor da pecuária bovina viram a necessidade de se unir e, com um diálogo voltado para interesses comuns, criaram o Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável (GTPS) no final de 2007, sendo ele formalmente constituído em junho de 2009.

Entre os nossos objetivos, está o de mostrar que a pecuária sustentável não somente é possível, como já acontece em diversas regiões do País, a exemplo dos sete projetos que integram o Programa Pecuária Sustentável na Prática, criado pelo GTPS. São projetos distribuídos em sete importantes regiões produtoras de carne em cinco estados brasileiros: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul (com dois projetos), Pará (também com dois projetos), Rondônia e Bahia. São quase 900 produtores, em cerca de 780 mil hectares trabalhados.

O programa conta com financiamento da Fundación Solidaridad, por meio do Farmer Support Programme (FSP), fundo do governo holandês. Foram investidos R$ 3 milhões, somados à contrapartida financeira de diversos parceiros de R$ 9 milhões, totalizando R$ 12 milhões. Cada um dos projetos envolvidos apresenta a junção de pelo menos dois elos do setor na sua execução, sendo eles de produtores + frigoríficos, produtores + frigoríficos + ONGs, entre outros. E os primeiros resultados já podem ser mensurados. Em alguns dos projetos, a produtividade já quadruplicou e a área florestada aumentou.

É a prova de que a união realmente faz a força, trazendo um intercâmbio de conhecimento e colaboração. E não somente isso. Traz novos campos de atuação, ampliando os segmentos que podem ser trabalhados, como é o caso da nova parceria entre o GTPS e o Sistema FAEMG (Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais). O Sistema FAEMG investe, desde o início do ano, no desenvolvimento de novos projetos que mantenham e ampliem a excelência do rebanho mineiro e aumentem a rentabilidade da atividade.

Com o novo associado, a parceria irá aproveitar a sinergia de todos os trabalhos realizados pelo GTPS e a experiência da FAEMG na coordenação do Programa Balde Cheio, em Minas Gerais, em conjunto com a UFV (Universidade Federal de Viçosa), para traçar estratégias sustentáveis que serão incluídas na assistência técnica prestada aos produtores de leite mineiros. O projeto, portanto, será uma adaptação pioneira dos preceitos da pecuária de corte para a leiteira.

Já estamos costurando mais dois projetos: um mais focado em leite, no Rio de Janeiro, e outro mais focado em corte, no Mato Grosso do Sul, sempre com parceiros locais, como as federações de agricultores e membros de toda cadeia.

Com a certeza de que juntos podemos acelerar a mudança, tão necessária, seguimos firmes com nosso propósito de pavimentar o caminho da pecuária sustentável, uma estrada tortuosa, mas que nos levará a um futuro, com certeza, cada vez mais promissor.

** Presidente do GTPS, responsável pelas Relações Institucionais da Dow Brasil e presidente do Comitê de Sustentabilidade da ABAG (Associação Brasileira do Agronegócio)*



Visão da indústria da carne bovina brasileira


MARCO FLAVIO

Fernando Sampaio*

No dia 24 de julho de 2014, em Brasília, foi assinado um acordo de cooperação técnica pela pecuária sustentável entre a Abiec e o Ministério Público Federal. Simbolicamente, nascia ali um novo paradigma e um futuro que irá redesenhar a influência da indústria da carne bovina brasileira em relação ao seu entorno e à cadeia produtiva.



Desde 2009, um conflito existia entre o entendimento do Ministério Público de que a indústria deveria ser corresponsabilizada por adquirir matéria-prima originada de ilícitos ambientais e a percepção da indústria, que se recusava a assumir um papel que entendia ser do Estado.

Termos de Ajustamento de Conduta (TAC), ainda que de forma desconexa e, muitas vezes, impositiva, tentaram ordenar os procedimentos de aquisição de matéria-prima pela indústria sob os princípios constitucionais de proteção ao meio ambiente.

A experiência dos últimos cinco anos na ótica da indústria levaram-nos a algumas premissas básicas:

• As indústrias devem conhecer o risco socioambiental embutido na sua atividade. Saímos de uma situação em que apenas alguns compradores e caminhoneiros conheciam a localização dos fornecedores de uma planta industrial para uma nova realidade em que é possível mensurar, por meio da geotecnologia e do cruzamento de bases de dados públicas, o grau de risco de cada fornecedor em relação à sua situação geográfica e ao seu cadastro.

• Existem melhorias a serem feitas, tanto nos mecanismos de consulta a essas bases de dados, como na própria disponibilidade de dados públicos, e, também, aos marcos legais que determinam os resultados. Essas melhorias devem ser fruto de um diálogo constante entre setor privado e órgãos públicos.

• O marco legal do Código Florestal representa uma nova realidade. O Cadastro Ambiental Rural (CAR), sendo o primeiro passo para um processo de regularização, é um instrumento fundamental na redução do risco dentro do sistema agroindustrial.

Abre-se, então, a partir destas premissas, a possibilidade de uma verdadeira mudança de paradigma nas relações entre a indústria e a sociedade, cujos interesses são personificados no Ministério Público Federal. Uma mudança materializada pela troca do ajustamento de conduta pela cooperação.

A partir daí, uma nova estratégia começa a ser desenhada, por um futuro sustentável do sistema agroindustrial da carne bovina.

A indústria, hoje, possui uma infraestrutura instalada no território brasileiro, uma estrutura que acompanhou a expansão territorial da pecuária. Nossa visão de futuro é de que a pecuária possa desenvolver-se e ser incentivada em *clusters* no entorno desta infraestrutura com o mínimo risco.

O primeiro passo dessa estratégia é justamente diagnosticar o risco socioambiental na área de atuação da indústria. O segundo passo é ampliar, na indústria, a gestão de risco individual de fornecedores.

Ao mesmo tempo, iremos priorizar ações de regularização ambiental, começando pelo CAR. Quanto maior a evolução do cadastramento no entorno das indústrias, menor o risco futuro.

E podemos imaginar que, ao atingir certos critérios em termos de áreas cadastradas, redução de desmatamento e outros, municípios inteiros possam ser considerados "áreas livres" para pecuária, onde a indústria possa adquirir matéria-prima sem ser criminalizada e sem ter que monitorar individualmente seus fornecedores. Teremos nada menos do que municípios verdes expandidos, onde a maioria dos produtores encontrar-se-á regularizada, onde o crédito e as boas práticas poderão e deverão ser incentivados, de modo a alavancar a produtividade e a renda regional.

Ao mesmo tempo em que se avança com o monitoramento e com a regularização, podemos encontrar caminhos para que produtores em não conformidade sejam encaminhados para um processo de regularização acelerado, visando à sua reinclusão em um processo formal de comercialização. Dentro da estratégia da Abiec, seria uma espécie de *fast track* com órgãos públicos intervenientes, ou um "poupa tempo rural", a ser testado em pilotos em regiões prioritárias.

Toda essa estratégia ganharia ainda mais força somada a outras cadeias agroindustriais, já que o que conta é livrar o território para a produção, e as mudanças na produção entre agricultura, pecuária e floresta serão orientadas pelo mercado e estarão cada vez mais integradas.

Há um longo caminho pela frente, mas os primeiros passos da caminhada foram dados, e o horizonte é auspicioso.

** Diretor executivo da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec)*

A inovação e a pecuária sustentável


DIVULGAÇÃO

Roberto Risolia*

Da pecuária tradicional para a sustentável, várias mudanças se fazem presentes no processo. Há novas formas de produzir, comercializar, financiar e, até mesmo, pesquisar a pecuária. O conceito dentro dos diferentes elos da cadeia é de que a sustentabilidade como visão de inovação deva somar benefícios, gerando valor à sociedade por tempo indeterminado.

Do ponto de vista da produção, com aumentos de produtividade e redução de custos por unidade produzida, se faz uma pecuária competitiva e que atenda mercados exigentes. O avanço tecnológico dos vinte ou trinta últimos anos, tanto em termos de produção de informação, quanto de adoção, são notáveis. O que precisamos, na pecuária, é colocá-lo no chão de forma organizada, com gestão. Há várias formas de inovar: adotar novas formas de gestão, diferentes tecnologias nas pastagens, manejo de rebanho, transporte e comercialização. Tudo isso demanda planejamento, tempo e recursos.

E estar convencido da real necessidade de pensar e agir diferente, na perspectiva do novo, para uma quebra de paradigmas, é o primeiro passo. Toda a cadeia pode contribuir com a sensibilização para essa mudança positiva. Faz-se urgente a disseminação do conhecimento de forma sistematizada, por meio de iniciativas de demonstração de modelos e exemplos tecnológicos, pesquisas com fundamentação econômica e aplicada em ações de campo.

Não importa o tamanho ou a exploração que se faça. A pecuária competitiva certamente será inovadora nos diversos aspectos. Instituições de pesquisa, universidades, empresas privadas que geram inovação, empresas e associações de produtores e de extensão rural, além do Governo, têm papel fundamental.

A boa notícia é que nossa pecuária já passa por esse processo. O Brasil aumentou sua produtividade, nos últimos dez anos, de 2,7 arrobas por hectare para cerca de 4,0 arrobas por hectare. Isso graças à tecnologia e à vontade do pecuarista em melhorar, mesmo sem a devida assistência. Além disso, uma nova geração de produtores está chegando, e, com ela, o avanço será ainda maior. Mas, ainda os números estão muito aquém do que pode ser considerado ótimo.

Revisitar e discutir rumos e conceitos para o bem da cadeia da carne: esse é um dos propósitos da pecuária sustentável.

** Líder de Sustentabilidade e Desenvolvimento de Negócios da Dow AgroSciences*



PROGRAMA PECUÁRIA SUSTENTÁVEL NA PRÁTICA



- **> 800 PRODUTORES**
- **> 800.000 HECTARES**
- **24 ASSOCIADOS LOCAIS**
- **7 PILOTOS**
- **5 ESTADOS BRASILEIROS**

A) Desenvolver e testar ferramentas e mecanismos para disseminar as boas práticas de gestão, incentivos para os produtores, indicadores e mecanismos de divulgação;

B) Aprender e construir a partir das experiências locais dos membros do GTPS;

C) Engajar as partes interessadas para permitir a apropriação das ferramentas e proporcionar capacidade de depois replicar e ganhar escala.

FAÇA PARTE! SAIBA MAIS EM: **WWW.PECUARIASUSTENTAVEL.ORG.BR**

DESENVOLVIDO POR: GTPS Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável

SUPPORTED BY: Solidaridad network

Exemplo de boas práticas


DIVULGAÇÃO

Alcides Torres[1]
André Mazzi[2]

Uma revisão sobre as definições do que se entende por agricultura ou pecuária sustentável indica a necessidade de se estabelecer um padrão produtivo diferente, que use os recursos naturais racionalmente e para que a capacidade produtiva aumente. Vale ressaltar que a sustentabilidade é um modelo de interação econômica e social, que pretende proporcionar principalmente o bem-estar humano em curto e longo prazo e um nível de vida confortável aos homens do campo.

O conceito de sustentabilidade na agricultura brasileira surgiu a partir dos anos 70; simultaneamente, foram surgindo práticas conservacionistas, como o cultivo mínimo, o plantio direto, a rotação de culturas, a cobertura morta, as curvas de nível e o plantio intercalado, para citar algumas dentre tantas práticas agronômicas. As práticas sustentáveis, além de conservarem o meio de produção, podem reduzir os custos e permitir maior renda ao produtor, por meio, por exemplo, da perpetuidade de uma pastagem ou da melhoria da fertilidade do solo.

A sustentabilidade na agricultura brasileira destaca-se quando comparada aos outros setores da economia. Empresas produtoras de defensivos agrícolas investiram na criação de moléculas biodegradáveis, e a intensa fiscalização quanto ao uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) tem proporcionado melhores condições de segurança ao trabalhador rural.

Criado em 2001, o inpEV (Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias) é tido como referência mundial, retirando 94,0% das embalagens vazias de defensivos agrícolas do meio ambiente, enquanto países como Alemanha e Estados Unidos retiram 76,0% e 30,0%, respectivamente.

Por outro lado, observamos a geração de 100 milhões de toneladas anuais de resíduos oriundos da construção civil, que não possuem uma destinação ecologicamente correta. Segundo a Embrapa Meio Ambiente de São Paulo, em pontos próximos às áreas urbanas, é possível observar níveis maiores de nitrogênio nos rios, o que impossibilita a vida animal aquática e a inviabiliza para o consumo. Em bacias hidrográficas, onde a influência maior é da área agrícola, os níveis de nitrogênio são baixos.

Somado a essa grande geração de resíduos, temos o mau planejamento das cidades, onde a construção de prédios é desenfreada; mais asfalto e menos árvores, gerando ilhas de calor que proporcionam uma péssima qualidade de vida à população. Esses fatos claramente demonstram o abismo que há entre a política sustentável agrícola e a urbana. A agrícola está fazendo a sua parte.

1 Presidente da Associação dos Profissionais de Pecuária Sustentável (APPS)
2 Engenheiro agrônomo e analista da Scot consultoria



Disseminação da Agricultura de Baixo Carbono (ABC)


DIVULGAÇÃO

Eduardo Delgado Assad*

Individualmente, a agropecuária é o setor que mais contribui para as emissões de gases-estufa do Brasil, que é responsável por 3% das emissões globais. Do total emitido por todos os setores da economia brasileira, a agropecuária representa 30%. O Plano ABC prevê a redução da emissão por meio da disseminação de seis tecnologias: recuperação de pastagens (a principal meta); integração lavoura-pecuária, integração lavoura-pecuária-floresta e sistemas agroflorestais; fixação biológica de nitrogênio; sistema de plantio direto; tratamento de dejetos animais; e florestas plantadas.

A maioria delas já é adotada na agropecuária brasileira, mas de forma ainda muito incipiente, com baixa adesão nas regiões de fronteira agrícola do Centro-Oeste e no Norte-Nordeste. O desafio do novo governo é acelerar a disseminação e adoção dessas ações e tecnologias, de forma a alcançar escala que resulte nas reduções de emissões almejadas.

O documento foi elaborado pelo Observatório ABC, com apoio das seguintes instituições: Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec), Agroicone, Amigos da Terra – Amazônia Brasileira, Associação de Reflorestadores de Mato Grosso (AREFLORESTA), Federação da Agricultura e Pecuária do Distrito Federal (FAPE-DF), Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora), Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), Instituto Centro de Vida (ICV), Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso (Famato), Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável (GTPS) e Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal (Seagri-DF).

** Pesquisador da Embrapa e coordenador do estudo sobre estimativa de emissões na agropecuária para o Observatório*

O Observatório ABC

O Programa Nacional de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono foi implementado em março de 2010. A origem, já conhecida, foram os acordos feitos por ocasião da Conferência das Partes de Mudanças Climáticas (COP 15), em Copenhague, na Dinamarca, quando o Brasil assumiu ações voluntárias de redução de gases do efeito estufa (GEE).

Uma parcela destas ações é oriunda da agricultura, então considerada a grande vilã das emissões de gases do efeito estufa e que contribui, hoje, para a redução das emissões. Com aplicações financeiras da ordem de R$ 4,5 bilhões por ano, é necessário saber se os recursos estão sendo aplicados corretamente, orientados para as práticas preconizadas no Plano ABC – que dizem respeito principalmente à pecuária – e se estes mesmos recursos estão sendo utilizados eficientemente.

A Fundação Getulio Vargas, por meio do GV Agro, criou, então, o Observatório ABC. Mais do que um site, trata-se de um portal que busca periodicamente atualizar suas informações sobre o andamento do Programa ABC e suas aplicações. Para maior entendimento do funcionamento do programa, três trabalhos de caráter técnico-científico foram elaborados:

• Primeiro: aborda as questões de eficiência na redução das emissões pelas práticas de ABC e os seus principais entraves para disseminação das tecnologias;

• Segundo: discute a governança do Programa ABC e seus diversos problemas de execução;

• Terceiro: aborda o financiamento da transição entre o modelo da agropecuária atual até se atingir o modelo proposto pelas práticas de ABC.

O Observatório é um ponto de convergência de ideias que podem auxiliar no entendimento das práticas de ABC, passando pelas questões do CAR (Cadastro Ambiental Rural), apresentando opções para o futuro da agropecuária brasileira face ao aquecimento global, e abre posições importantes quanto à discussão sobre os pagamentos de serviços ambientais. Um projeto permanente de monitoramento das aplicações dos recursos do Programa ABC é feito para verificar a sua eficiência. Ainda é preciso avançar muito, porém essa visão externa ao Governo é importante para balizar o setor privado quanto às aplicações dos recursos e verificar se as tecnologias oferecidas são promissoras em termos de redução da emissão de gases do efeito estufa.

Atualmente, 75% dos financiamentos do Programa ABC estão sendo aplicados para recuperação de pastagens. O que o Observatório buscará entender, nas próximas etapas, é se as áreas de pastos degradados estão contempladas nestes 75% e qual é a taxa de conversão entre as emissões de GEE e a absorção nestas áreas. Estudos já mostram a eficiência da pecuária na redução de GEE. É preciso, então, monitorar, relatar e validar esta redução em escala nacional.



PD&I alavanca a pecuária sustentável



KADIJAH SULEIMAN

Cleber Oliveira Soares*

A pesquisa, o desenvolvimento e a inovação (PD&I), associados à transferência de conhecimentos e tecnologias (TT), são os principais pilares para o desenvolvimento de um agronegócio realmente sustentável. Estes sustentáculos foram, são e serão a base para a produção de alimentos, fibras e energia renovável no mundo.

A FAO estima que, até 2050, será consumido o dobro de alimentos produzidos atualmente, sendo que o adicional de proteína animal poderá chegar a quase 100%. Isso representará um crescimento médio de 70% da produção de alimentos. Enquanto há países com consideráveis índices de consumo *per capita*, disponibilidade de carne ou renda que favorecem este consumo; ainda hoje, é necessário alimentar quase 1 bilhão de famintos.

A importância da cadeia produtiva da pecuária de corte está diretamente relacionada às tendências do mercado agroalimentar, em que a segurança dos alimentos, sua qualidade e o aumento da produtividade são os principais pilares. O Brasil é o maior exportador de carne bovina, com projeções e espaço comercial para aumentar a sua participação no mercado externo.

A pressão pela produção sustentável e otimizada de alimentos, associada aos padrões regulatórios dos países importadores, impõe o desafio da PD&I para a produção de carne. O Brasil e o mundo devem produzir alimentos, fibra e energia renovável de forma sustentável, sem impactar os biomas, primando pela conservação dos recursos naturais, sem esquecer a mitigação de gases do efeito estufa, a otimização do uso da terra e do lucro ao produtor rural.

Precisamos realizar PD&I e TT visando não só desenvolver e transferir soluções tecnológicas, mas, sobretudo, que sejam adotadas, causem impactos positivos e contribuam para superar os desafios globais para a produção de proteína animal.

As instituições de C&T (ciência e tecnologia) têm papel âncora para o avanço dessa cadeia produtiva. Para alcançar os patamares atuais de importância e impacto da produção de carne no Brasil e sua participação no mundo, a Embrapa contribuiu de forma decisiva, por meio da geração, adaptação e transferência de conhecimento e de tecnologias.

Hoje, as demandas são outras e maiores. É preciso contribuir para a evolução dos protocolos de qualidade, internalizar as tecnologias de produção integrada, desenvolver soluções portadoras de futuro, ofertar ferramental com as tecnologias de informação e comunicação, explorar a eficiência energética dos sistemas produtivos e desenvolver tecnologias agregadas em genética, nutrição, sanidade animal e gestão rural. É previsível que, com a adoção de tecnologias, seja possível saltar a produção de carne bovina dos atuais 9,5 milhões de toneladas para 24,2 milhões de toneladas sem aumentar em 1 hectare a área ocupada por pastagens.

O desafio para a pecuária sustentável vem sendo lançado, e cabe a nós superá-lo. Devemos realizar PD&I como alavanca da pecuária eficiente, em benefício da sociedade brasileira e de uma produção global cada vez mais sustentável.

** Chefe-geral da Embrapa Gado de Corte*

Documento com propostas para a agricultura de baixa emissão de carbono é entregue aos presidenciáveis

O monitoramento da emissão de gases-estufa é um dos pontos-chave para o sucesso do Plano ABC (Agricultura de Baixa Emissão de Carbono) e deverá constar no programa de governo do próximo presidente. Essa é uma das conclusões do documento coordenado pelo Observatório ABC que foi entregue aos principais candidatos à Presidência da República, com propostas de aprimoramento ao Plano ABC.

O documento "O Brasil e uma agricultura de baixa emissão de carbono: agenda para os presidenciáveis" foi formulado por meio de consultas públicas, com diversa participação da sociedade e apoio final de treze instituições ligadas ao assunto, entre elas o Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável (GTPS).

As propostas surgiram a partir da análise dos resultados do Plano ABC, apresentados em estudos realizados pelo Observatório, e apontam a ausência de monitoramento e a falta de assistência técnica ao agricultor como as principais lacunas do Plano.

"Sem monitoramento, é impossível comprovar a redução das emissões de gases do efeito estufa e a eficácia das tecnologias financiadas pelo Programa", afirma Célio Porto, consultor do Observatório ABC. O documento sugere a criação de um programa de inteligência climática na agricultura, para indicar áreas prioritárias para a implementação das ações de governo a partir dos riscos das mudanças no clima, e, também, o desenvolvimento de pesquisas para aferir o impacto de cada subatividade financiada pelo Programa ABC, avaliar a relação custo-benefício de cada uma e eleger prioridades.

Outra questão importante é a inclusão de tecnologias mais adequadas ao bioma amazônico. "As tecnologias contempladas pelo Plano foram estabelecidas a partir do modelo produtivo das regiões Sul e Sudeste e não levam em consideração as particularidades de algumas regiões do País", esclarece Porto.

Para o Observatório, o caminho para a disseminação da agricultura de baixo carbono é investir em uma mudança de cultura no campo, por meio da capacitação de operadores de crédito, técnicos e extensionistas rurais. O Governo também deve assegurar juros atrativos em relação a outros programas de governo, desburocratizar o acesso aos recursos e incluir no Programa ABC a cobertura dos custos da assistência técnica.

O documento aponta, ainda, que é preciso melhorar a articulação entre os diversos órgãos federais, a coordenação do Plano ABC com outras políticas públicas e envolver o setor privado no fomento e na difusão do plano. Outra sugestão é que se crie algum tipo de benefício para os agricultores que adotarem as tecnologias independentemente de financiamentos do Programa ABC, como forma de reconhecer e estimular sua contribuição para a redução das emissões de carbono. A regulamentação do pagamento por serviços ambientais pode ser uma alternativa. ■



Educação e fitossanidade

A CIÊNCIA E O FUTURO DO CAMPO

Guilherme Luiz Guimarães[1] Fábio Kagi[2]

FRENTE À necessidade mundial por maior oferta de comida e energia, abre-se ao País uma ampla janela de oportunidades. O agronegócio brasileiro gera trabalho e renda no campo; nas cidades, resulta na cesta de alimentos mais farta; e, na balança comercial, produz reluzentes superávits. Os excelentes resultados que o agronegócio brasileiro vem conquistando nas últimas décadas, e de forma ainda mais impressionante nos últimos anos, devem-se, em grande medida, a decisivos investimentos de instituições públicas e, sobretudo, de empresas da iniciativa privada em pesquisa e desenvolvimento.

E, para que a Ciência traduza-se em benefícios para a produção agropecuária e o desenvolvimento nacional, ela precisa chegar aos pequenos, médios e grandes produtores rurais. Esse é o significado maior quando se celebra, mundialmente, em 5 de novembro, o Dia da Ciência.

No setor de insumos para a proteção dos cultivos, por exemplo, as pesquisas em inovações consomem cerca de 12% do faturamento das empresas. Para alcançar com sucesso a descoberta de um novo ingrediente ativo, que será capaz de se tornar um produto com características completas para ser colocado no mercado, os laboratórios e estações experimentais das empresas de pesquisa e desenvolvimento (P&D) em defensivos agrícolas investem pesados recursos. Para que uma única nova molécula de ingrediente ativo chegue às lavouras, as empresas mobilizam centenas de cientistas, que pesquisam nos laboratórios e desenvolvem nas estações experimentais e no campo, durante cerca de dez anos, um volume de cerca de 140 mil moléculas. O ponto de partida é o conhecimento de especialistas em várias áreas da Ciência: Agronomia, Química, Fitopatologia, Entomologia, Ciência das Plantas Daninhas, Virologia, Toxicologia e Biologia, entre outras. O volume de investimentos gira em torno de US$ 250 milhões para cada molécula desenvolvida.

Ingredientes ativos são agentes químicos, físicos ou biológicos que conferem eficácia aos defensivos agrícolas. Para serem pulverizados nas culturas, estes agentes devem ser formulados utilizando-se substâncias não ativas em relação à eficácia que servem como veículos diluentes ou conferem características próprias às formulações. Durante os ensaios nos laboratórios e nos campos experimentais, agrônomos, biólogos, químicos, toxicólogos e outros profissionais investigam diferentes aspectos da substância em análise, determinando as doses para controle do(s) alvo(s) biológico(s), bem como avaliando a segurança para o ser humano e o meio ambiente.

Estudos de resíduos de ingredientes ativos nas culturas e nos cultivos sequenciais também são realizados, chegando-se, dessa forma, a uma imensa quantidade de estudos realizados antes da submissão do produto às agências reguladoras, responsáveis por avaliar profundamente o dossiê apresentado para registro. Mesmo após o registro, as empresas continuam monitorando o defensivo no mercado, com assistência técnica e refinamento de informações como dose, momento adequado para aplicação, extensão de uso para novos alvos biológicos e novas culturas, entre outras.

Ao oferecer ao campo as tecnologias desenvolvidas nos laboratórios, estas são complementadas por outro elemento fundamental: transmitir o conhecimento. Por exemplo, na perspectiva de ampliar sua contribuição à produção agropecuária brasileira, destacam-se dois cursos desenvolvidos por instituições acadêmicas e de pesquisa com apoio da Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef).

A Universidade Federal de Viçosa (UFV) ministra o curso de Pós-graduação lato sensu Proteção de Plantas, com o objetivo de promover a atualização dos conhecimentos técnicos relativos ao uso correto e seguro de produtos fitossanitários. As disciplinas, somando a carga de 750 horas, são desenvolvidas numa visão sistemática e integrada da produção agrícola sustentável.

O Instituto Agronômico (IAC), sediado em Campinas, vinculado à Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA), da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, desenvolve um MBA em Fitossanidade. Composto por quatorze módulos, oferecidos em três semestres, com aulas a distância e presenciais, o curso objetiva desenvolver conhecimentos em segurança na agricultura, gestão de pessoas, administração e comunicação, com abordagens teórica e prática.

Dessa forma, aliando Ciência e Educação às demandas que vêm do campo, o Brasil estará no caminho certo para consolidar-se como um grande produtor de alimentos, fibras e energias renováveis e conquistar de vez o papel de referência mundial em sustentabilidade. ■

1 Engenheiro agrônomo e gerente de Regulamentação Federal da Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef)
2 Engenheiro agrônomo e gerente de Educação da Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef)

Diário de bordo

GOVERNANÇA E COOPERATIVISMO



Roberto Rodrigues*

NA IMPORTANTE reunião mundial de cooperativismo (International Summit of Cooperatives) realizada em Quebec (Canadá), na segunda semana de outubro, ficou evidente o crescimento da participação do movimento em todas as atividades econômicas, sociais e culturais de maior destaque em qualquer país. A declaração da ONU – estabelecendo o ano de 2012 como o Ano Internacional das Cooperativas – realmente deflagrou um poderoso aumento dessa participação, sob os auspícios da Aliança Cooperativa Internacional, que montou um projeto baseado em três premissas:

1. ampliar o número de cooperativas e de cooperados em todos os ramos conhecidos;

2. propugnar, por legislações nacionais, que se garantam, em cada país, as condições de desenvolvimento das cooperativas; e

3. buscar fundos que sustentem toda essa movimentação, especialmente no que diz respeito à formação de recursos humanos.

Por trás disso tudo, além do farol da ONU, está o sétimo princípio da cooperação firmado no Congresso Centenário da ACI em Manchester (Inglaterra), em 1995, que estabeleceu uma nova preocupação de cada cooperativa, para além da sua função natural de prestar serviços que permitam o avanço social dos cooperados por meio de seu progresso econômico: a da responsabilidade da cooperativa para com a comunidade em que estiver inserida, sob o conceito de que não adianta um núcleo de pessoas felizes com o resultado do trabalho associativo se seus vizinhos forem infelizes.

E há algo ainda mais notável na mesma direção. Trata-se de um crescente desejo dos cidadãos de todos os quadrantes de participar cada vez mais da governança: com o maior grau de instrução recebido pelas populações, elas passam a cobrar mais de seus governantes. Não aceitam mais pacificamente os recorrentes problemas de inadequação na saúde pública, na educação, na habitação, na segurança e no transporte, entre outros temas. Não admitem mais a corrupção como se fosse inerente ao poder. Querem melhorias, exigem isso dos governos.

Com o empoderamento das redes sociais, todo cidadão acha que pode influir na governança. Aperta um botão de seu computador e pronto: deu sua opinião. Mas, como resultados concretos não aparecem, acaba se irritando e indo para a rua se manifestar, como foi no Occupy Wall Street ou nos movimentos de junho de 2013, em todo Brasil. Houve casos de resultados espetaculares, como a queda dos ditadores do Egito e da Líbia.

O problema é que esse tipo de demonstração nem sempre tem foco: são temas díspares e difusos, sem chefia estabelecida, de modo que podem propiciar o surgimento de líderes totalitários ou anarquistas que reduziriam o alcance da democracia.

E tal disfunção – a vontade de participar associada a resultados nem sempre satisfatórios e ao risco da erosão da democracia – abre uma oportunidade extraordinária ao cooperativismo: ser a doutrina que estabeleça rumos globais a partir de seus princípios aceitos universalmente. Afinal, existe 1 bilhão de cooperativistas em todo o mundo, que, com seus dependentes e agregados, representam mais da metade da população do Planeta.

E o movimento está piramidalmente organizado desde a sede da ACI, em Bruxelas, até qualquer rincão onde o braço de uma cooperativa alcance.

No Brasil, não deixamos por menos. Já temos 6,8 mil cooperativas, com 11,5 milhões de cooperados (com um crescimento de 87,9% nos últimos dez anos), gerando 340 mil empregos formais (mais 83,2% no mesmo período). O cooperativismo de crédito foi o que mais cresceu (tem 5,7 milhões de cooperados) e segue se expandindo, seguido pelo de consumo (2,8 milhões de cooperados) e pelo agropecuário (1 milhão). Mas, este último ainda é o mais importante social e economicamente, porque mais de 80% dos seus cooperados são pequenos e médios produtores e já respondem por 48% da produção agropecuária nacional – um número espetacular!

Do Canadá ao Brasil, da Costa Rica ao Japão, o movimento exerce um notável papel na inclusão social. E pode fazê-lo também na melhoria da governança, defendendo a democracia. ■

* Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, embaixador Especial da FAO para as Cooperativas, presidente da Academia Nacional de Agricultura (SNA)

Produzir

TEMPOS BICUDOS



Gustavo Diniz Junqueira*

O PLANO Decenal de Expansão de Energia para 2023, publicado pelo Ministério de Minas e Energia, prioriza as fontes renováveis no atendimento ao crescente consumo energético do País.

Alinhado à Politica Nacional sobre Mudança do Clima, o documento assinala que a valorização da energia "verde" é um compromisso brasileiro e que o crescimento econômico será baseado em uma matriz energética limpa e renovável. No mesmo Plano, o etanol é um dos destaques.

Entretanto, a atual administração federal vem conduzindo uma política desastrosa para o setor sucroenergético. No Plano, o etanol é compreendido como imprescindível, mas o caminho para que isso se concretize não está sendo pavimentado; aliás, pelo contrário.

Na administração do presidente Lula, o etanol foi alardeado mundo afora como o melhor programa energético para atender a demanda mundial por soluções ambientalmente corretas. Houve o estímulo ao aumento da frota *flex fuel* e a perspectiva de exportação do produto.

Toda essa expectativa desencadeou um *boom* de investimentos e aquisições a partir de 2006, mas nem todos os projetos foram bem planejados ou alavancados, com a maioria guiada por uma miopia acerca dos riscos financeiros e operacionais embutidos no negócio.

Com a crise de 2008, os riscos aumentaram e as taxas de retorno exigidas pelo mercado subiram e levaram ao cancelamento de investimentos e novos recursos. Simultaneamente, acirrou-se a política governamental favorável ao uso da gasolina, por meio da retirada da CIDE e a redução dos preços da energia de biomassa nos leilões de energia para níveis que inviabilizavam investimentos.

Em 2009, 60% dos veículos *flex* rodavam com etanol. Hoje, este percentual está em 35%. Adicionalmente, o setor está enfrentando desafios operacionais, climáticos, regulatórios e de mercado que, combinados à catastrófica política governamental, desencadeiam a "tempestade perfeita".

O setor foi bombardeado, ainda, com o aumento de exigências ambientais e trabalhistas, o que levou à intensificação da mecanização e a mudanças de técnicas no cultivo das lavouras. Tudo isso aconteceu muito rapidamente e em anos marcados por períodos climáticos muito fora do normal e sem a disponibilidade de mão de obra qualificada para operar as novas máquinas. O resultado foi a quebra de produtividade, a explosão dos custos, a aplicação de multas indiscriminadamente e prejuízos gigantescos.

O desincentivo ao etanol levou, ainda, à elevação da oferta de açúcar no mercado internacional, derrubando os preços abaixo dos novos custos de produção.

Esse cenário levou empresas menos eficientes a grandes perdas, com um número elevado de fechamentos – mais de cinquenta – e aumento do endividamento das usinas, o que, consequentemente, atingiu plantadores de cana, fornecedores de equipamentos, cidades e pessoas de economias regionais que têm no agronegócio da cana seu lastro de confiança.

É inquestionável que, no segmento de combustíveis, as regras de um mercado livre estão sendo desrespeitadas. A ausência total de previsibilidade acerca da matriz energética desejada é o cerne da questão. Não se preconiza a escolha desta em detrimento daquela fonte de energia; o que se cobra é transparência e menos interferência governamental.

Não se deve esperar nada mais do Governo do que uma política clara e consistente. A recuperação do setor será lenta e deverá ser articulada e executada pelo próprio segmento.

O foco deve ser na redução incansável de custos e na busca constante por ganhos de eficiência. Passada a crise, devemos estar preparados para um novo ciclo intenso de fusões e aquisições, para que verticalização e escala possam ser alcançadas. Os que não se articularem para fazer parte de um grande grupo estarão fora do jogo. ■

* Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

Opinião

MAIS INOVAÇÃO E DINAMISMO



Mônika Bergamaschi*

PRODUZIR MAIS, com sustentabilidade, é o desafio do agronegócio mundial. E muito se espera do Brasil, que deverá ofertar 40% da demanda adicional por alimentos em 2050, quando a população deverá atingir 9,6 bilhões de pessoas. Em 2100, a expectativa é de que sejam 11 bilhões de bocas, segundo a ONU – Organização das Nações Unidas.

70% desse contingente habitarão os grandes centros urbanos, o que incrementará o consumo e a exigência por produtos diferenciados, e com alto padrão de qualidade. O agronegócio brasileiro já deu o exemplo de sua competência para enfrentar esse desafio global. São Paulo, nesse contexto, mantém os olhos no futuro.

Inovação e dinamismo foram as grandes marcas da atuação do governo do estado, que investiu em ações pautadas em sustentabilidade, que passam por pesquisa, extensão rural, defesa agropecuária, crédito, seguro, acesso a mercados, desburocratização, fomento, organização e incremento da gestão.

Nos últimos anos, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA) dedicou especial atenção aos pequenos e médios produtores, importantes impulsionadores do desenvolvimento local. Foram feitas significativas modificações no FEAP (Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista), como a redução dos juros, o aumento dos limites das linhas e do teto de financiamento por produtor, a facilitação das exigências de garantias, e o aumento dos prazos de carência e de pagamento.

Para incluir médios produtores, o enquadramento da renda bruta anual foi elevado para R$ 800 mil, com rebate. Nas trinta linhas de crédito, a taxa de juros é de 3,00% a.a. e, com o bônus de adimplência, cai para 2,25%. Os programas Pró-Trator e Pró-Implemento oferecem financiamentos com juros zero – os únicos no País a subsidiar totalmente os juros. O Pró-Trator já repassou R$ 0,5 bilhão. Na subvenção dos juros, o governo paulista investiu R$ 75 milhões. No Pró-Implemento, já foram R$ 66 milhões, com R$ 18 milhões de subvenção.

Como apoio às iniciativas de negócios de associações e cooperativas, foram liberados pelo programa Microbacias II – Acesso ao Mercado R$ 46,18 milhões, para 113 projetos que adicionam valor à produção. Outros cinquenta e dois projetos já estão aprovados, com recursos reservados.

Para melhorar a logística, mais de 2,4 mil quilômetros de estradas rurais foram recuperados, com investimento de R$ 256 milhões. O Programa Melhor Caminho, em dezessete anos de existência, já recuperou mais de 11.760 quilômetros, em 623 dos 645 municípios do estado.

Para ampliar o alcance das ações, foi lançado o Poupatempo do Produtor Rural, com três unidades móveis, que levam um pacote de cinquenta serviços, programas e projetos da SAA. Em dezesseis meses, foram mais de 80 mil atendimentos.

Para facilitar a vida do produtor rural, avanços na informatização foram implementados. A e-GTA (Guia de Trânsito Animal Eletrônica), a e-PTV (Permissão de Trânsito Vegetal Eletrônica), a declaração de vacinação contra febre aftosa, a verificação de GTAs emitidas e o relatório dos citros podem ser feitos diretamente pela internet.

O projeto São Paulo Orgânico, pioneiro, oferece linha exclusiva de financiamento para agricultura orgânica, além de capacitação e promoção de rodada de negócios para aproximar vendedores de compradores. Com 277 técnicos treinados, o projeto também estimulou o lançamento da primeira semente orgânica de milho do Brasil, a "AL Avaré". Outras, de batata-semente, arroz e feijão, estão em processo de certificação.

No que se refere à inovação e à tecnologia, a SAA é a instituição pública com mais projetos no País. São 1.531 linhas de pesquisa em andamento. Em 2013, foi lançada a cultivar número mil, o feijão Milênio, pelo Instituto Agronômico (IAC).

O Integra São Paulo nasceu com a nobre missão de recuperar pastagens degradadas, controlar grandes erosões e aumentar a produtividade da pecuária, com a implantação de sistemas integrados de iLP (integração lavoura-pecuária) ou iLPF (integração lavoura-pecuária-floresta).

O potente e pujante agronegócio paulista já fez história e continua pronto para protagonizar os próximos capítulos. ■

* Secretária de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo

Reflexão

O AGRO UNE O BRASIL



Luiz Carlos Corrêa Carvalho*

O SEGUNDO turno do pleito para a Presidência da República no Brasil mostrou um equilíbrio político inédito entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e coligações e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e partidos que o apoiaram. A diferença apurada pelas urnas registrou uma margem estreita de apenas 3,3%. A próxima gestão presidencial, de 2015 a 2018, terá adiante um cenário bem diferente daquele vigente no período anterior, com uma disputa mais acirrada entre a posição e a oposição. Por sua vez, a demanda dos brasileiros também será outra em desejo e anseios.

Existem, no Brasil, cerca de trinta e três partidos registrados no Tribunal Superior Eleitoral. No próximo mandato, o número de partidos com representação no Congresso Nacional passará dos atuais vinte e dois para vinte e oito. Essa tendência de fragmentação do sistema político diminui a importância de elementos essenciais ao desenvolvimento democrático, como a representatividade e o voto. Para atender os mais dispersos interesses e influências, o Governo monta uma máquina administrativa com trinta e nove ministérios, com muita sobreposição e distorção. O agronegócio, com toda a sua pujança e dinâmica, é muito penalizado nesse modelo, porque falta uma gestão matricial.

Junto a outras entidades do agro, a ABAG foi signatária de um documento amplo e profundo coordenado pelo Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas. Os principais candidatos à Presidência da República tomaram conhecimento deste trabalho em agosto último. No 13º Congresso Brasileiro do Agronegócio, o seu conteúdo serviu de base para discussão entre as equipes dos candidatos, com ampla repercussão na sociedade. Fruto dessa intensa mobilização e de outras, o setor recebeu assédio constante da classe política, coisa pouco vista no passado.

Como estamos, na verdade, em outros tempos, precisamos de urgentes adaptações e rearranjos. Temos de olhar para frente. Há uma mudança na forma de ver e entender o agronegócio pela sociedade brasileira, como apontam as pesquisas realizadas nos últimos anos. Cada vez mais, a percepção das pessoas é de que ele seja um setor fundamental para o crescimento econômico e social do Brasil. A expansão das fronteiras agropecuárias faz a integração do País e leva riqueza para o interior, como bem mostram os índices de desenvolvimento humano (IDH) dos municípios.

O agro ajuda a unir o País, assim como fez em países como os Estados Unidos. Não é apenas o olhar limitado na produção rural, mas, sim, a consolidação de cadeias produtivas complexas, com atividades industriais e de serviços. Veja a contribuição disso tudo para a balança comercial brasileira. A demanda mundial de proteína animal, além de alavancar a pecuária, favorece a combinação dos grãos de milho e soja, com a produção das carnes de aves e suínos. A indústria da cana-de-açúcar, afetada por uma política pública equivocada no controle dos preços dos combustíveis, deixa de explorar seu potencial no açúcar, no etanol e na cogeração de energia.

O agro, sem arrogância, tem conseguido dar suporte à balança comercial brasileira, sempre com visão prioritária para o crescimento e desenvolvimento do País. As projeções para o horizonte próximo e futuro são de fortes incrementos na produção e na exportação dos produtos no agronegócio brasileiro, segundo as mais diversas fontes de informação, sejam nacionais ou internacionais. A demanda por investimentos em infraestrutura e logística irá acentuar-se ainda mais. Cabem, portanto, um ordenamento e um planejamento básico para os resultados aparecerem naturalmente. ■

* Presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)

MÁQUINAS AGRÍCOLAS

PREÇOS MÉDIOS DE COLHEITADEIRAS EM SETEMBRO DE 2014 (R$/UNIDADE)

COLHEITADEIRAS	MODELO	SÃO PAULO	MINAS GERAIS	GOIÁS	MATO GROSSO
Massey Ferguson	MF 32	360.000	500.000	425.000	490.000
Massey Ferguson	MF 9690	520.000	700.000	630.000	700.000
New Holland	CR 9060	780.000	850.000	943.400	840.000
New Holland	CS 660	600.000	640.000	735.000	700.000
New Holland	TC 5090	390.000	440.000	625.400	480.000
New Holland	TC 5070	330.000	390.000	508.800	560.000
Valtra	BC 6500	650.000	720.000	780.000	680.000
Valtra	BC 7500	720.000	840.000	830.000	830.000
Valtra	BC 4500	480.000	420.000	420.000	470.000
John Deere	1175 HY	350.000	470.000	410.000	478.000
John Deere	9470	510.000	640.000	550.000	655.000

Fonte: Scot Consultoria

PREÇOS MÉDIOS DE TRATORES EM SETEMBRO DE 2014 (R$/UNIDADE)

TRATORES	MODELO	SÃO PAULO	MINAS GERAIS	GOIÁS	MATO GROSSO
Massey Ferguson	MF 4292/4	115.000	145.000	132.000	123.000
Massey Ferguson	MF 7140/4	160.000	180.000	150.000	148.000
Massey Ferguson	MF 7370/4	205.000	190.000	240.000	240.000
New Holland	TM 7020 (T7 150)	180.000	160.000	174.900	230.000
New Holland	TM 7040 (T7 180)	200.000	210.000	212.000	260.000
New Holland	T 7245	257.000	250.000	318.000	380.000
Valtra	BM 125-4	130.000	140.000	152.000	154.000
Valtra	BH 185-4	190.000	203.000	226.600	238.000
Valtra	BH 110	225.000	250.000	281.000	275.000
John Deere	7210	285.000	310.000	320.000	305.000
John Deere	8335	375.000	600.000	580.000	655.000

Fonte: Scot Consultoria

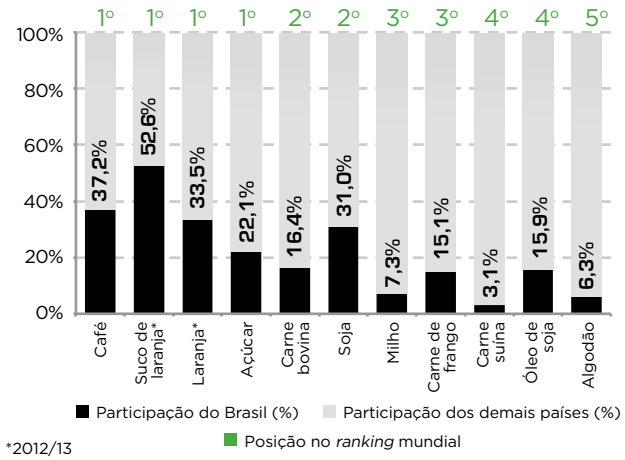
PREÇOS MÉDIOS DE VAGÕES FORRAGEIROS E MISTURADORES EM SETEMBRO DE 2014 (R$/UNIDADE)

MARCA	MODELO	CAPACIDADE (M^3)	PREÇO (R$)
	Vagões forrageiros		
Siltomac	D-7 (acoplado ao trator)	7	40.000
Siltomac	SD-22 (acoplado ao caminhão)	22	92.000
Jumil	JM 10.000	10	22.900
Jumil	JM 6000	6	23.900
ICMA	Carreta dist. de forrag. MOD - 960	10	47.646
ICMA	Carreta dist. de forrag. MOD - 600	6	37.558
MINAMI	Abastecer silos M 400	7	31.917
MINAMI	Dist. de forrag. M 442	4	40.158
MINAMI	Dist. de forrag. M 462	6	47.243
MINAMI	Dist. de forrag. M 482	10	56.785
Nogueira	VFN 8000	8	26.300
Nogueira	VFN 5000	5	19.500
	Misturadores		
Casale	Totalmix TMX 75	8	96.203
Casale	Totalmix TMX 100	10	132.394
Casale	Totalmix TMX 130	13	167.547
Casale	Totalmix TMX 150	15	174.003

Fonte: Scot Consultoria

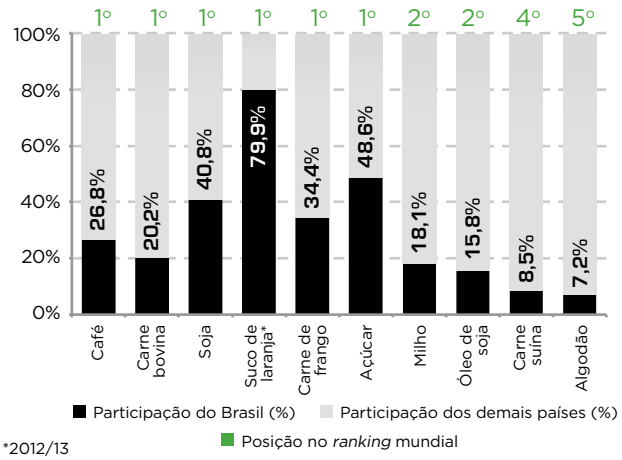
PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA BRASILEIRA

POSIÇÃO DO BRASIL COMO PRODUTOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2013/14



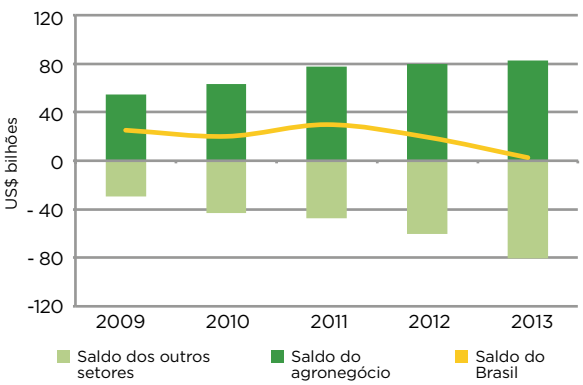
*2012/13
Fonte: USDA

POSIÇÃO DO BRASIL COMO EXPORTADOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2013/14



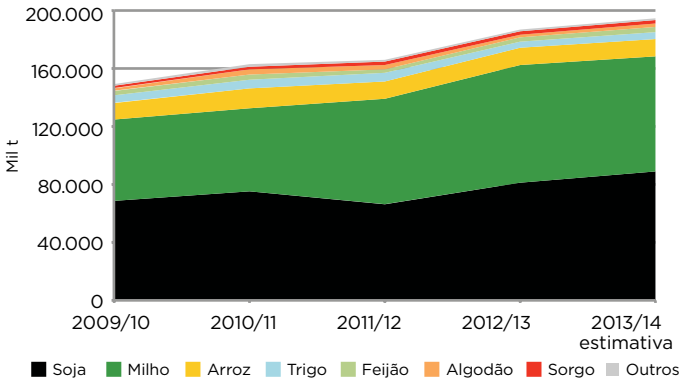
*2012/13
Fonte: USDA

BRASIL: EVOLUÇÃO DO SALDO DA BALANÇA COMERCIAL



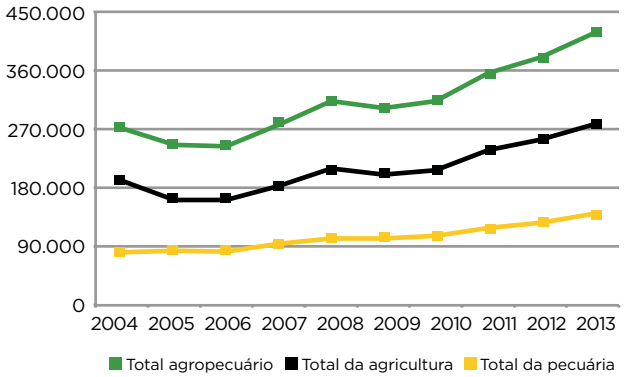
Fonte: SECEX

BRASIL: PRODUÇÃO DE GRÃOS, POR PRODUTO



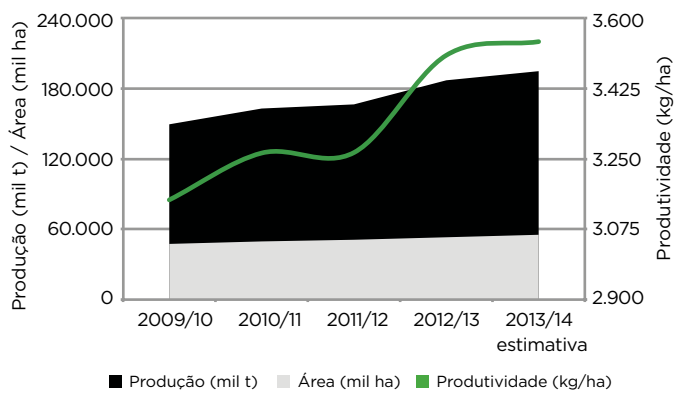
Fonte: Conab

VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO (R$ MILHÕES)



Fonte: IBGE; FGV; Cepea/Esalq-USP

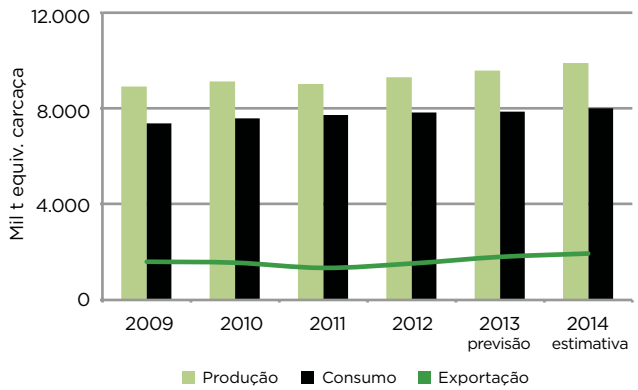
BRASIL: ÁREA PLANTADA COM GRÃOS, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE



Fonte: Conab

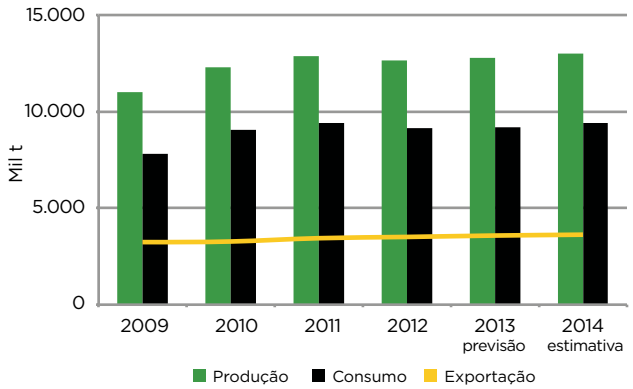
PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA BRASILEIRA

BRASIL: PRODUÇÃO, CONSUMO E EXPORTAÇÃO DE CARNE BOVINA



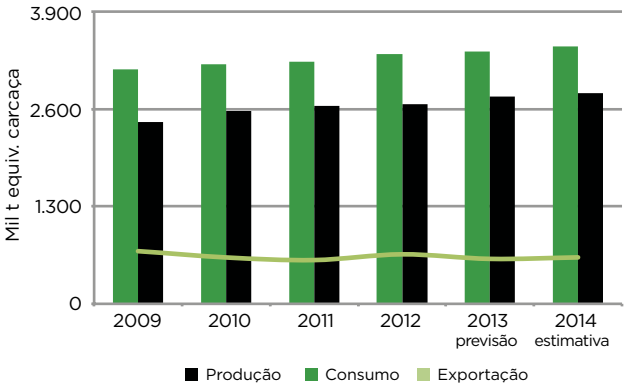
Fonte: USDA

BRASIL: PRODUÇÃO, CONSUMO E EXPORTAÇÃO DE CARNE DE AVES



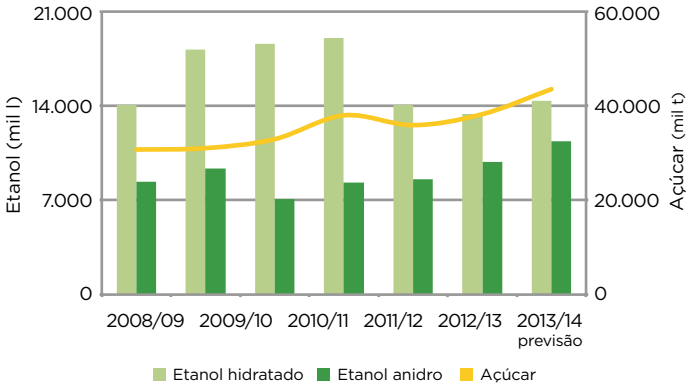
Fonte: USDA

BRASIL: PRODUÇÃO, CONSUMO E EXPORTAÇÃO DE CARNE SUÍNA



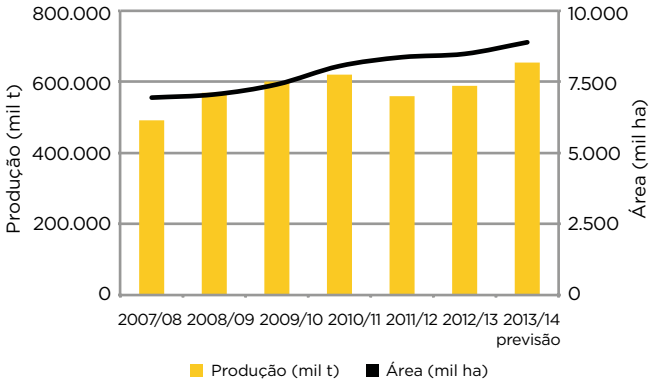
Fonte: USDA

BRASIL: PRODUÇÃO DE AÇÚCAR E ETANOL



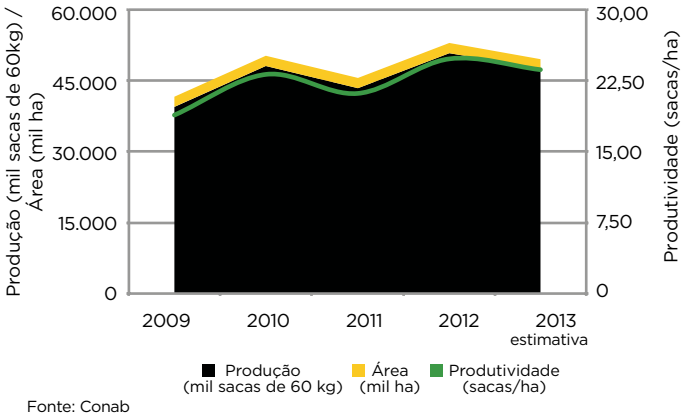
Fonte: UNICA

BRASIL: ÁREA E PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR



Fonte: UNICA; Conab

BRASIL: ÁREA PLANTADA COM CAFÉ, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE



Fonte: Conab